

REVISTA

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº. 05

ABR/MAI/JUN 2023

Centro de Acolhida ao Imigrante
Casa de Assis, do Sefras.

O DIREITO DE SER: BRASILEIROS BUSCAM VIVER AS SUAS MÚLTIPLAS DIFERENÇAS E DIVERSIDADES

PAPO RETO

Pesquisadora ressalta que branquitude se constitui a partir de uma suposta superioridade racial

Pag. 15

EM PAUTA

Fé, política e diversidade: por uma democracia permeada pelo cuidado com a Casa Comum

Pag. 27

MOBILIZE-SE

Promoção de uma educação antirracista: urgente e necessária

Pag. 37

Acesse também
nossa revista digital



ISSN 2965-1433



9 772965 143009

02



Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

O direito de ser: brasileiros buscam viver as suas múltiplas diferenças e diversidades

15 _____ PAPO RETO

Pesquisadora ressalta que branquitude se constitui a partir de uma suposta superioridade racial

20 _____ RAIO-X

A luta e a riqueza de identidades no campo brasileiro

24 _____ EM PAUTA

"Discriminação de pessoas pobres é fenômeno do sistema capitalista e neoliberal", afirma padre Júlio Lancelotti

27 _____ EM PAUTA

Fé, política e diversidade: por uma democracia permeada pelo cuidado com a Casa Comum

30 _____ NA PRÁTICA

Iniciativas promovem participação, apoio e orientação a grupos invisibilizados ou vítimas de discriminação

33 _____ EM PERSPECTIVA

Racismo ambiental: a resposta está nas mulheres pretas, indígenas e periféricas

35 _____ EM PERSPECTIVA

Mulheres negras no sistema de justiça: é preciso dizer o que se cala

37 _____ MOBILIZE-SE

Promoção de uma educação antirracista: urgente e necessária

41 _____ AGENDA DE PRESSÃO

De olho na Câmara e no Senado: a diversidade na pauta das legislações do país

44 _____ CIDADANIA DIGITAL

O protagonismo digital dos povos originários no Brasil

46 _____ RETRATO BRASIL

Que a Casa Comum nos veja como somos: uma aquarela

Expediente

Realização: Sefras - Ação Social Franciscana

Coordenação Geral: Fábio José Garcia Paes e Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Projeto editorial: Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público - www.estudiocais.com.br
ISSN 2965-1433

Jornalista responsável: Daniele Próspero
MTB: 39.137

Coordenação editorial: Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação: Dayse Porto, Elvis Marques e Maria Victória Oliveira

Coordenação de canais digitais: Dayse Porto

Produção de canais digitais: Adriana Carrer

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Benilda Brito, Cristiane Faustino, Eleilson Leite, Frei Darlei Zanon, Gabriela Consolaro, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela, Tatiana Scalco e Viviana Santiago.

Comitê Editorial: Brayan Filipe Farias da Silva, Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Vagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Rodrigo Zavala, Rosângela Helena Pezoti e Suemary Barros.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregum, Movimento Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE)

Parceiro para impressão: Paulus Social

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse:

www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Contato

Endereço de correspondência:
Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
São Paulo/SP - CEP: 03009-010
Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
Site: www.revistacasacomum.com.br

Inscreva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa. Inscreva-se:

revistacasacomum.com.br/inscreva-se



Editorial

“Um chamado urgente: direitos aos(às) invisibilizados(as)”

Não tem como iniciarmos estas linhas sem apresentar a importância desta edição, pois comemoramos **um ano do lançamento da Revista Casa Comum**. Todo aniversário remonta ao sentido originário, por isso, aproveitamos para trazer, de forma explícita, a narrativa da **invisibilidade**: pessoas e grupos que ainda não são prioridades nas políticas públicas, assim como para tomadores de decisão de outros setores da sociedade. O conceito de *Casa Comum* é atingido pela contradição histórica e social que vivemos, uma casa sem proteção, sem-teto, sem convivência e **sem a segurança de existir**.

A invisibilidade não é uma condição inerente ao ser humano, mas, sim, um **condicionamento social e político**, causado por omissão, abandono e exclusão. As dores sofridas pela maioria do povo brasileiro não é um acaso. Uma política que prioriza “alguns” não é uma verdadeira política no sentido macro da palavra, uma vez que não considera o elo entre as relações, as demandas e os interesses coletivos.

Em um país tão diverso e amplo como é o Brasil, não podemos unificar a diversidade geográfica, cultural, étnica, racial, de gênero, econômica e social. Somos um país de tantos mundos, inclusive com idiomas diferentes. Mas **quem são os invisibilizados?** A invisibilidade não abarca meramente uma questão numérica. É evidente que somos um país de maioria de negros e negras e que, mesmo assim, é estruturalmente racista e não avançou para reparar a dívida histórica com essa população.

A minoria aqui brasileira é a maioria, eis a contradição. As políticas afirmativas das cotas, por exemplo, são uma **tentativa de reparação**, mas ainda há tanto que se reparar no campo da saúde, da cultura, do lazer, da moradia e da segurança. Reparação se faz com políticas públicas efetivas, além de um estado constante de vigilância para com o racismo por parte de todos nós.

Por outro lado, os **povos indígenas**, que foram desenraizados, usurpados e oprimidos desde o início da colonização, ainda vivem, nos dias atuais, o dilema de “**existir ou não existir**”. Foram jogados à sorte diante do interesse

capitalista do **uso da terra, da mata e de suas biodiversidades**. Heróis de sua própria sobrevivência.

Isso sem falar **dos imigrantes**, quando o direito de ser e existir está em conflito com a falta de acolhimento, reconhecimento e acesso à dignidade num país estrangeiro. Se, por um lado, **o combate ao racismo** é a maior demanda como país, a pobreza criou um *apartheid* social quase que intransponível em nossa sociedade.

A humanidade tem suas **utopias de igualdade e fraternidade**, mas tem um histórico perverso ao que é diferente do que é considerado normal: todos aqueles que não são brancos e sem uma ascensão capital e financeira. A vida subjugada diante do critério **racista e classista**.

E isso se faz presente também nas **relações mais cotidianas e domésticas**: em casa, na vizinhança, no trabalho, na escola. Um jovem que “não tem direito de ser quem se é”, na família, por ter uma orientação sexual fora dos padrões do que foi estabelecido como “normalidade”; a destruição de terreiros de umbanda e candomblé por conta das diferenças religiosas; a disseminação, pelas redes sociais, de mensagens homofóbicas e preconceituosas; entre tantas outras situações.

É fato que, para entender o Brasil, precisamos observar os diversos *Brasis*, que tem como fundante sua colonização abusiva e exploratória. Assim como para entender o povo brasileiro, é preciso enxergar os diversos universos que regem essa “brasilidade”, que foi tão escondida, camuflada, excluída e abandonada em sua plenitude diversa como um projeto de país. Temos muito que **evidenciar nossa diversidade**, esmagada diariamente em tantos contextos e situações, a depender do grupo, local de moradia e da cor.

Invisibilizados até quando? É uma provocação para aqueles que não constroem pontes, diálogos, acolhimento e políticas públicas para a promoção e a **defesa de toda e qualquer vida**, independentemente de sua origem, raça e crença.

Precisamos ter consciência de nossos desafios para vivermos de modo solidário e com princípios de **uma fraternidade universal**: esse é o caminho, essa é a nossa possível “salvação” como planeta.

Boa leitura!

EM DESTAQUE

O DIREITO DE SER: BRASILEIROS BUSCAM VIVER AS SUAS MÚTIPLAS DIFERENÇAS E DIVERSIDADES

Em um país tão violento com as suas diversidades, desistir de sonhar não é alternativa para nenhum de seus cidadãos e cidadãs.

Por Elvis Marques



O Brasil possui 208 milhões de habitantes, de acordo com a prévia do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cada uma dessas pessoas carrega consigo diferenças sociais, étnicas, raciais, religiosas, sexuais, corporais, etárias, culturais, linguísticas e tantas outras. São características que fazem parte da diversidade humana. São traços da pluralidade histórica e de povos.

Vendedor ambulante observa movimentação de fiéis durante a Lavagem do Bonfim. Salvador (BA), 2019.
Foto: Matheus Alves

A diversidade dos brasileiros e das brasileiras vai além do que o próprio IBGE pode retratar, apesar de todo o esforço nacional. São diferenças pujantes desde a cor da pele até a manifestação de fé de cada indivíduo. Danças que vão do carimbó até o anu. Canções que passam pelo *funk* e o rasqueado cuiabano. Comidas como arroz com pequi, cuscuz, tacacá, churrasco ou pizza. Sotaques inúmeros, da letra “r” bem “arrastada” ao “cantado”.

Toda essa **pluralidade nacional** é celebrada em inúmeras músicas e obras literárias. O problema é quando essas diferenças são transformadas em desigualdades e viram rótulos sociais que determinam o acesso a direitos, espaços e oportunidades, ou são usadas como justificativa para violências. Quem não se lembra de algumas manchetes recentes como:

- “Nunca desisti”, diz mulher atacada por colegas de faculdade devido à idade: bit.ly/CasaComum_E5_50
- Racismo e intolerância religiosa no “BBB 23” escancaram realidade brasileira: bit.ly/CasaComum_E5_51
- Entregador é alvo de ataques racistas por adolescentes no interior de SP: “preto, macaco, fedido”: bit.ly/CasaComum_E5_52
- Mãe denuncia ter sido impedida de ver a filha após levá-la à umbanda; MP aponta maus tratos: bit.ly/CasaComum_E5_53

Esses são apenas alguns exemplos de casos de preconceito e de crimes noticiados dia após dia. Mas a falta de respeito às diferenças não está apenas nas capas de jornais. Isso está tão presente no cotidiano, quase que enraizado, às vezes, de maneira sutil, que se tornou visto como banal. Ela é intrínseca em pequenas ações, as quais excluem e violentam múltiplas pessoas, impedindo que tenham garantido o seu direito de ser quem se é e se quer ser, como é possível perceber nas histórias a seguir.

Conhecendo o povo brasileiro

- **51,1%** da população é composta por mulheres;
- Os homens são **48,9%** dos habitantes;
- **47%** dos brasileiros se declararam pardos;
- **43%** dos brasileiros se declararam brancos;
- **9,1%** disseram que são pretos;
- **6,7%** da população (12,5 milhões de pessoas) possuem algum tipo de deficiência.

Fontes: Prévia do Censo do IBGE 2022; PNAD Contínua 2021; Censo do IBGE 2010.

Diversidade no campo

Em 1998, no interior do estado do Mato Grosso, no município de Terra Preta, se formava o **acampamento de trabalhadores rurais sem terra**, de nome semelhante à cidade. Entre as famílias que reivindicavam um pedaço de chão para morar e plantar alimentos, estava a de **Dê Silva [mulher transexual, 32 anos, camponesa, pedagoga da terra, católica, militante das causas LGBTQIA+ e das lutas por terra, das águas e das florestas]**, a qual, naquela época, ainda não se identificava de tal forma, já que, como ela mesma diz, “esse processo foi e é uma construção social”.



Foto: Arquivo pessoal

Dê chegou ao **Acampamento Terra Preta** com a mãe, o pai e o irmão. Ela era uma **criança “sem terrinha”**, forma com que as crianças do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)** são chamadas. “As complicações da vida urbana, como o desemprego e a falta de oportunidades, nos empurraram para uma ocupação do MST.”

Marcou aquela pequena criança a **Jornada dos Sem Terrinha**, quando, no próprio estado, ela participou de sua primeira audiência pública com o governador. A criançada entregou sua pauta de reivindicação ao chefe do Executivo, no intuito de ter escolas no campo, estradas e transporte para levar os estudantes.

“Foi um momento histórico para mim, quando eu pude me sentir gente, ao conversar com quem dá as ordens. Essa talvez seja uma das grandezas do MST, ao fazer com que a gente deixe de ser simplesmente uma pessoa e passe a lutar por direitos e a **ser sujeito da sua história**”, se emociona Dê ao lembrar aquele momento.

As lutas cotidianas, formações, vida coletiva, responsabilidades compartilhadas no acampamento e a atuação junto aos jovens contribuíram para que Dê se tornasse sujeita e dona de sua história. Essas vivências foram construindo uma mulher adulta, a qual passou a se conhecer e reconhecer ao se olhar no espelho.



É daí que surge essa pessoa que eu sou hoje. Eu vou me entendendo ao ponto de sentir que aquele corpo que eu estava não condizia com a pessoa que eu era. E vou iniciando, naquele momento, o processo de transformação da pessoa que eu sou agora. Desde muito nova, eu sabia quem era, mas eu só pude me transformar na Dê Silva de hoje na passagem da adolescência para a juventude”, explica.

Como em qualquer outro espaço da sociedade, a transição de Dê Silva não seria fácil, como ela mesma reconhece. No entanto, ser uma mulher trans, acampada e integrante do MST, no interior do Mato Grosso, exigiu mais força de Dê e daqueles que a cercavam com amor. Após um longo período de vida no Centro-Oeste, ela aceitou outro desafio do movimento: se mudar para a região metropolitana de Curitiba, no Paraná, e atuar na **Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA)**.

>> Conheça: elaa.redelivre.org.br



Foto: ELAA - Escola Latino-Americana de Agroecologia

Redes de apoio

A luta de Dê, como de outras mulheres e homens trans, às vezes, não encontra colo e segurança em nenhum lugar, mesmo em meio aos que defendem os direitos humanos. “Não há espaço para nós na escola, nas igrejas, nem nas religiões. Ninguém quer falar sobre o assunto, e é muito mais fácil atribuir a diversidade ao pecado. Por isso, esse é um processo que a gente se vê de fato sozinha. Muitas vezes, é a gente e Deus.”

Estar inserida em organizações sociais desde criança permitiu à Dê criar uma **rede de apoio e solidariedade**. “Isso pode ter minimizado um pouco as situações de violência, o que não quer dizer que as pessoas LGBTQIA+ não sofram. Talvez a gente não sofra na mesma intensidade de outras pessoas da comunidade, mas isso não significa que os movimentos sociais são espaços blindados da violência e do preconceito contra as pessoas diversas.”

No MST, há pelo menos oito anos, essa temática tem ganhado relevância no **planejamento estratégico** e nas ações do movimento. “A partir do momento em que a gente começa a discutir uma reforma agrária popular, temos força e embasamento para trazer o debate da diversidade. Porque não se faz reforma agrária sem olhar para os sujeitos que constroem essa luta: mulheres, homens, jovens, negros, indígenas e LGBTQIA+. E se essa reforma agrária se propõe a produzir alimentos diversos e saudáveis, ela precisa respeitar a diversidade que a torna realidade”, enfatiza a educadora.

População LGBTQIA+

Os dados sobre o tamanho da comunidade LGBTQIA+ brasileira ainda são difusos, por vários motivos, conforme as fontes de pesquisas. Hostilidade, preconceito, medo ou violência dentro das famílias são algumas das motivações. Veja algumas:

■ De acordo com a **Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**, cerca de 20 milhões de pessoas (10% da população nacional) se identificam como LGBTQIA+.

>> Conheça em: www.abglt.org

■ A **Pesquisa do Orgulho**, divulgada em setembro de 2022 pelo Instituto Datafolha, aponta que, pelo menos, 9,3% da população brasileira se identifica como LGBTQIA+. O percentual pode ser ainda maior, já que 8% não quiseram responder.

>> Veja a pesquisa: bit.ly/CasaComum_E5_1

■ Já os dados da **Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)**, de 2019, mostram que 2,9 milhões de pessoas acima de 18 anos se identificam como LGBTQIA+. Segundo a PNS, esses dados podem estar subnotificados, mas o levantamento deve ser contínuo.

>> Saiba mais: bit.ly/CasaComum_E5_2

Um país que mata devido às diferenças

■ Conforme dados do **Fórum de Segurança Pública**, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2022, sendo 62% delas negras.

>> Acesse: forumseguranca.org.br

■ O índice de assassinatos por 100 mil habitantes, em 2020, no país, entre negros, foi de 51, e entre os não negros, a taxa foi de 14,6, segundo estudo do **Instituto Sou da Paz**.

>> Saiba mais: soudapaz.org

■ 85% das pessoas com obesidade já sentiram preconceito pelo excesso de peso, mostra uma pesquisa sobre obesidade e gordofobia divulgada em 2022 pela Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso).

>> Veja em: abeso.org.br

■ Segundo o último relatório anual da **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra)**, pelo 14º ano consecutivo, o Brasil é o país com maior número total de homicídios de pessoas travestis e transexuais. Em 2022, 131 foram mortos, tendo a maioria das vítimas entre 18 e 29 anos. A expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil é de 35 anos.

>> Conheça: antrabrasil.org

■ Além disso, o Brasil continua a liderar outro **ranking**, o dos países que mais matam pessoas LGBTQIA+. De acordo com levantamento do **Grupo Gay da Bahia (GGB)**, pelo menos, 256 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros foram mortos em 2022. Segundo o GGB, ocorreram 242 homicídios e 14 suicídios ao longo do ano passado, ou seja, uma morte a cada 34 horas.

>> Confira: bit.ly/CasaComum_E5_3

■ Divulgado em março deste ano, o relatório anual da **Anistia Internacional** coloca o Brasil como o quarto país do mundo, de um total de 156 pesquisados, com o maior número de assassinatos de defensores de direitos humanos e do meio ambiente.

>> Veja em: anistia.org.br

■ De janeiro a junho de 2022, o **Disque 100** registrou mais de 35 mil denúncias sobre algum tipo de violência contra pessoas idosas. Em mais de 87% dos casos (30.722), as violências ocorrem na casa onde o idoso reside.

>> Saiba mais em: bit.ly/CasaComum_E5_54

■ Conforme o **Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2022**, de 2020 para 2021 os casos de estupro de vulnerável subiram de 43.427 para 45.994, sendo que 61,3% dos crimes foram cometidos contra meninas menores de 13 anos (um total de 35.735 vítimas).

>> Acesse em: bit.ly/CasaComum_E5_55

Segregação social



Foto: Arquivo pessoal

Mateus Fernandes é um jovem preto de 23 anos, LGBTQIA+, periférico, favelado e umbandista, filho de Obaluaê e Iemanjá. Foi criado no Parque Santos Dumont e tem atuado em São Rafael, ambos bairros da periferia de Guarulhos, em São Paulo. Atualmente, **trabalha com redes sociais**, criando conteúdos sobre impacto social, juventudes, favela, política, educação e *funk*.

Apesar da pouca idade, o jovem acumula muita sabedoria, a qual faz questão de dividir com a sua comunidade, seja via internet seja em seu próprio território. Os mesmos cursinhos comunitários – gratuitos e mantidos pelos próprios moradores da região onde vive – ajudaram Mateus a cursar a sua primeira graduação em Recursos Humanos com foco em Psicologia Aplicada e, atualmente, além de **contribuir com a formação de sua vizinhança**, ele encara o segundo curso universitário, a Psicologia.

A relação entre Mateus e a educação não começou com muito amor pela área. “Quando eu tinha uns dez anos, estudava na Escola Estadual Parque Santos Dumont, conhecida como latão, por causa da estrutura de um material bem fino que parece reciclado. Lá, em 2010, ocorreu uma operação policial com uma intensa troca de tiros. Ir para a escola e não saber se a gente volta para o braço da sua mãe ou da sua avó, sendo tão novo, te gera uma **consciência política acelerada**. É algo muito forte.”

“

Quando falamos de diversidade, para mim, sempre tiveram duas realidades. Nas periferias, por exemplo, poucas vezes a gente consegue ver o diferente, porque estamos num *apartheid* social [um regime de segregação racial] tão grande a ponto que a gente sempre compreende que aqueles ali são os nossos semelhantes, e que não é diverso”,

analisa Mateus Fernandes.

Depois desse episódio, o estudante passou a abraçar a educação com mais força, como forma de que nem ele nem outras pessoas vivenciassem novamente situações semelhantes. A diversidade, para Mateus, **está no enredo e nos personagens** dessa história, que pode ser verificada em múltiplas favelas ou comunidades Brasil afora.

Ao trazer essa reflexão, Mateus se lembra de uma música do grupo de rap *Racionais*, chamada *Da ponte pra cá*, a qual trata das desigualdades sociais nos grandes centros urbanos, como São Paulo. Um dos trechos da canção faz a seguinte relação: *O mundo é diferente da ponte pra cá / Um Bradesco bem em frente à favela é viagem / De classe A da TAM tomando JB / Ou viajar de Blazer pró 92 DP*.

Para o estudante de Psicologia, a população brasileira é formada majoritariamente por gente preta, com numerosos corpos LGBTQIA+ [diferentemente dos dados retratados pelo IBGE], e de pessoas com deficiência (PCDs). Mateus conclui: “a maioria dessas pessoas têm um endereço em comum, as periferias.”



Jovem dança durante o Festival de Música na Ceilândia, periferia do Distrito Federal, em agosto de 2018. Foto: Matheus Alves

Por que não têm corpos como o meu no poder?

O Congresso brasileiro ainda está longe de traduzir a diversidade da população. A própria **Revista Casa Comum** já trouxe análises sobre esse grupo de representantes do povo: hoje formado majoritariamente por homens, brancos e de meia idade.

Há exceções como **Erika Hilton** (PSOL-SP) e **Duda Salabert** (PDT-MG), as primeiras mulheres trans eleitas para a Câmara dos Deputados, ou **Joenia Wapichana**, a primeira mulher indígena eleita deputada federal. São casos que representam muitos anos de luta para ocupar as instâncias de poder no Brasil.

Mateus Fernandes, hoje **secretário da Juventude de Guarulhos** (SP), enxerga que apesar de a população brasileira ser de maioria preta, isso não é traduzido em representatividade em muitos espaços. “Eu vejo que isso foi sempre um incômodo na periferia, onde as pessoas são vistas como massa de manobra, por ser um território de vulnerabilidade social. Se há uma pessoa preta e de ‘quebrada’ em ambientes de poder, ela precisará ser três vezes melhor que os seus colegas. **Isso jamais aconteceria com um corpo branco.**”

Mateus conta que quando alguém como ele acessa um cargo público, sendo uma pessoa preta, jovem, umbandista, LGBTQIA+, acaba se colocando no papel de responsabilidade de querer o máximo possível.

“Não vou conseguir mudar o mundo, e eu tenho ciência disso. A gente pode mudar pequenos mundos. E toda a nossa atuação se baseia em vivências, e, por isso, que a gente sabe o quanto é importante, porque já vivemos o outro lado, de almejar, por exemplo, políticas públicas. Tem essa cobrança, claro, de que eu ou pessoas como eu resolvam os problemas relacionados a pautas raciais, sobre vulnerabilidade, sendo que essa discussão não envolve somente eu, ela envolve uma estrutura.”

A periferia é plural, continua Mateus, por isso quem ali vive também tem condições de assumir debates e pautas como de tecnologia, de metaverso. “Somos plurais a ponto de criar e ocupar independente do que seja o espaço e o assunto. Estou tentando buscar a representatividade que eu nunca encontrei.”

O racismo e a negação da identidade



Foto: Arquivo pessoal

Com 54 anos de vida e 40 de ativismo no movimento negro, **Benilda Brito** é CEO da Múcua Consultoria e Assessoria Interdisciplinar, consultora da **Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres** e **Pacto Global** (pactoglobal.org.br), ativista da **Rede Malala Fund** ([@MalalaFund](https://www.instagram.com/MalalaFund) no Instagram) e **Movimento de Mulheres Negras N'Zinga** de Minas Gerais ([@NzingaColetivo](https://www.instagram.com/NzingaColetivo) no Instagram). Após décadas na luta racial, ela é enfática ao dizer: “eu ainda sou uma sobrevivente dos racismos cotidianos.”

Mineira de Belo Horizonte, Benilda é uma mulher negra, lésbica, do Axé, quilombola, neta da dona Benigna, filha da dona Zaira, mãe do Addaê, Alayê e da Ayana, e avô do Enan Miguel.

Ao se apresentar, Benilda diz se emocionar por estar no caminho iniciado por seus ancestrais, o qual faz com que ela não perca o foco dos princípios da cosmo percepção africana, **o princípio da tradição e da origem africana**, de coletividade, de fraternidade, irmandade. “E, além disso, me emociono por ter uma grande responsabilidade, de pensar quantos de nós são tão violentados nesses caminhos e não têm a oportunidade de se assumirem como eu fiz, por vergonha ou receio da violência vinda do racismo”, comenta.



A gente costuma dizer que a maior violência do racismo é a negação da nossa identidade, por isso, a afirmação da nossa identidade é a melhor forma de enfrentamento ao racismo”, afirma Benilda.

A avó Benigna, relembra a pedagoga Benilda, a ensinou desde pequena que ser uma menina, preta e pobre faria muita diferença a ela, por exemplo, **no acesso a direitos**.

A pobreza era suprida pelo amor e o empoderamento para que, cinco décadas depois, Benilda continue a lutar contra o racismo, seja em seu território ou em Nova York, durante a 67ª sessão da **Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW)**, o maior encontro anual da ONU sobre **igualdade de gênero e empoderamento das mulheres**, realizada em março deste ano.



Grupo joga capoeira em bairro periférico na cidade de São Paulo.
Foto: Matthieu Rougé

A diversidade que não é minoria

O Brasil é o **segundo país de maior população negra**, perdendo apenas para a Nigéria, situada no continente africano. “Quer dizer, se estamos em segundo lugar apenas, nós somos muitos. Mas se o dominador aqui é o branco, que é minoria em termos quantitativos, dar visibilidade a isso **significaria empoderar uma grande maioria** que é tratada como minoria em falta de acessos e de direitos”, aponta Benilda.

A pedagoga relembra um censo demográfico, realizado na década de 1970, que apresentou 129 tipos de cores para as pessoas não dizerem que eram negras. Antes, a pesquisa era aberta e trazia a questão: **qual é a sua cor?** “O que as pessoas diziam, os pesquisadores anotavam, e surgem algumas aberrações em termos de cor, como café dormido, azul bebê, pardo, café com leite, marrom bombom. Isso ocorre porque ninguém queria dizer que é preto, pois, culturalmente, tudo que é da cor preta é ruim. E o colorismo, como vimos nessa pesquisa, vem para nos confundir.” Nesse sentido, Benilda traz algumas **expressões racistas que deveriam ser excluídas do vocabulário popular**:

1. Desemprego: a coisa está preta;
2. Ações ilegais: mercado negro;
3. Algo malfeito: serviço de preto;
4. Difamar: denegrir;
5. Inveja boa: inveja branca.

Tanto a questão das várias cores apresentadas no antigo censo nacional quanto a associação do negro a algo ruim são elementos e situações **criadas para desunir a população negra**, como ocorreu no período da escravidão. “Nos navios negreiros, misturavam os povos, as línguas, as culturas, para que as pessoas não se comunicassem e lutassem contra o que estava ocorrendo. E essa é uma **estratégia de dominação** até hoje”, observa Benilda.

Para a ativista, seria “lindo” se ela pudesse dizer, ao se apresentar, apenas o seu nome e que é uma mulher, no entanto, dizer tudo que ela é, uma mulher preta, de Axé etc., **é necessário para se afirmar politicamente** de qual lugar ela está falando. “Quando eu assumo, com o meu corpo negro, a minha identidade e as lutas que eu carrego, isso é uma afirmação política, e é muito libertador. Isso, ao mesmo tempo que me empodera, **me vulnerabiliza muito mais**, ao expor quem sou.”

Benilda faz referência, durante a entrevista para a **Revista Casa Comum**, à **Audre Lorde**, intelectual negra norte-americana: “O silêncio não nos salva. As interseccionalidades que eu trago, pioram a minha condição, mas o silêncio não vai me salvar, então eu já afirmo politicamente a minha identidade.”

De olhos nas injustiças



A pesquisa *Nós e as Desigualdades 2022*, realizada pela Oxfam Brasil em parceria com o Instituto Datafolha, traz **percepções da sociedade brasileira em relação às desigualdades** e defende uma ação prioritária do Estado para a redução da distância entre os mais ricos e os mais pobres. Confira alguns números:

- 79% dos entrevistados concordam que a Justiça é mais dura com pessoas negras;
- 85% afirmam que o progresso no Brasil está condicionado à redução da desigualdade entre pobres e ricos;
- 75% acreditam que a cor da pele influencia a contratação por empresas no Brasil;
- E 56% concordam com o aumento dos impostos para todos no país para financiar políticas sociais.

>> Acesse: bit.ly/CasaComum_E5_4



Apesar de inúmeros desafios, como os números de violência e casos de injustiças contra o povo negro, Benilda acredita que está ficando **cada vez mais difícil silenciar vozes como a dela ou de entregadores de aplicativos discriminados dia após dia enquanto trabalham**.

“Ainda que a violência venha e a gente esteja cansado de lutar, desistir não é uma alternativa de nenhuma das identidades e diversidades. Temos um legado cada dia maior de pessoas inconformadas, inquietas e buscando os seus direitos. Quando eu vejo uma pessoa branca antirracista, eu acho extremamente importante que ela diga e **exponha qual o seu lugar no enfretamento ao racismo**, algo que há alguns anos não víamos.”

Tipificação de crimes contra as diversidades

Apesar de a Constituição Federal do Brasil determinar que a lei deve punir qualquer discriminação que atente contra os direitos e liberdades fundamentais, há vários **crimes contra diversas populações** que ainda não encontram abrigo no Código Penal. A exemplo disso, múltiplas organizações da sociedade civil lutam, há décadas, para que as violências e violações contra as pessoas sejam punidas. Confira alguns avanços:

Racismo e injúria racial: a **Lei 14.532, de 2023** tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de prisão. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo.

Xenofobia: essa palavra, de origem grega, remete à união de “xeno” – que significa estrangeiro – e “fobia” – que quer dizer medo ou aversão. A xenofobia pode ser descrita como um “racismo regional”, quando uma pessoa ou um grupo é atacado por causa de sua origem, seja ela de determinada cidade, estado ou país.

Homofobia: ainda que não haja uma lei específica que trate sobre crimes contra a população LGBTQIA+, desde 2019, a homofobia é considerada crime após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Na leitura da suprema corte, a homofobia agrega os crimes cometidos contra toda a comunidade LGBTQIA+. A pena é de dois a cinco anos de reclusão.

Pessoas com Deficiência (PCDs): a discriminação de uma pessoa por motivo de deficiência é uma das formas de discriminação baseadas no corpo das pessoas, assim como os crimes que envolvem sexualidade, gênero ou raça. É considerada discriminação toda forma de distinção, restrição ou exclusão que prejudique, impeça ou anule direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, conforme a **Lei 13.146/2015**.

Estatuto da Pessoa Idosa: criada em outubro de 2003, a **Lei 10.741** assegura desde a gratuidade de medicamentos ao transporte público, e traz medidas de proteção às pessoas acima de 60 anos. A violência física, econômica ou psicológica contra a pessoa idosa é crime, e pode ser denunciada pelo Disque 100 ou pelo Whatsapp (61) 99656-5008.

É tempo de esperar?

Com a palavra, Benilda Brito: “Um dos grandes enfrentamentos ao racismo é crescer a consciência negra e dizermos que somos muitos. E eu estou muito feliz com o atual momento que vivemos. Em termos de políticas públicas e acesso a direitos, nós estamos muito atrasados. Mas eu fico alegre por ver o quanto a **identidade e a consciência negra têm crescido** em nosso país. Quando eu vejo essa moçada jovem, de cabelo *black*, carregando essas coroas na cabeça, usando *dreads* e roupas com estampa africana, fazendo sarau, pesquisando na universidade sobre o movimento negro, filmando alguma violência racial nas ruas e denunciando nas redes sociais, eu fico extremamente feliz, porque **isso tudo é resultado da luta** do movimento negro.”

A felicidade relatada por Benilda contrasta com o período em que ela entrou nas organizações negras. “A gente utilizava um botton no peito que dizia ‘**negro é lindo**’. Precisamos nos convencer de que éramos [e somos] gente. E hoje não precisamos usar mais isso, está na cara. Estou convencida que **é o afeto que vai nos salvar**”, finaliza a militante, com um largo sorriso.

Com a palavra, Dê Silva: “Não podemos nos esquecer que há ainda uma onda fascista no Brasil, a principal promotora das violências e violações de direitos contra as pessoas diversas, negros, indígenas, povos do campo, LGBTQIA+, mulheres, migrantes. Penso que os movimentos sociais, a sociedade civil e setores das igrejas precisam se unir mais em torno de **ações convergentes**, como os valores humanistas, como a solidariedade tão exercitada durante a pandemia de Covid-19, quando o MST, por exemplo, contribuiu com a doação de alimentos às pessoas que necessitavam.”

Para a educadora popular, a sociedade civil e os movimentos populares têm contribuído para que o país “dê passos curtos, mas firmes” rumo a uma sociedade mais justa e igualitária. “Falar da diversidade é falar da configuração do nosso país, e é inadmissível que não haja respeito às diversidades. Tenho ouvido muito a questão: ‘eu não aceito a pessoa assim’. Quero dizer que com relação à diversidade, **ninguém precisa aceitar nada, só respeitar**. Pois, embora seja diversa, essa pessoa também é cumpridora dos seus deveres e direitos.”

Dê frisa que denúncias precisam ser feitas sempre que um direito for violado e uma violência for sofrida, mas que é necessário anunciar as “boas novas”. “Cristo nos convoca para a construção de uma nova sociedade. E a Casa Comum, como diz o papa Francisco, **é para todos e todas, não há escolhidos**. E cuidar da Casa Comum é cuidar de todas as pessoas, sejam elas mulheres, homens, jovens, crianças, negros, remanescentes quilombolas, LGBTQIA+, sem terra. O povo brasileiro e do mundo é diverso e ele **precisa ser cuidado**.”

Vozes em ação

Ana Claudino usa a internet para falar sobre sua vivência no ativismo LGBTQIA+

Por Bárbara Poerner, da Escola de Ativismo



Foto: Arquivo pessoal

Ana Claudino encontrou no ativismo LGBTQIA+ uma forma de falar sobre seu corpo político. Por meio da internet, a publicitária e criadora de conteúdo compartilha suas experiências e visões de mundo **enquanto mulher lésbica e negra** — uma parte da comunidade que ainda é, em muitos casos, invisibilizada nas discussões sobre gênero e raça. Mas, para Ana, isso foi uma motivação.



Sempre vi que a comunicação podia ser usada como ferramenta de transformação social. Então, entrei pra esse lado ativista. Em 2017, decidi montar meu canal no YouTube, o Sapatão Amiga, pra falar das minhas vivências enquanto lésbica negra, porque, até então, eu não via lésbicas negras falando sobre isso [na internet]”, conta a carioca nascida e criada no subúrbio do Rio de Janeiro.

Embora seu canal tenha cinco anos, a luta pela causa já ocupa sua vida há quase dez. Ana conta que começou o envolvimento com o ativismo LGBTQIA+ em 2014, quando passou a estudar sobre **feminismo, questões raciais e questões de classe**. “Até então, eu não tinha acesso a essas coisas”. Seus vídeos no YouTube e Instagram falam sobre construções de novas narrativas, saúde mental, sexualidade, vida acadêmica, gênero e raça, mas também produz materiais sobre segurança digital e ciberativismo e realiza projetos variados. Ana escreveu, por exemplo, a quarta capa do livro *Sou Sua Irmã*, de **Audre Lorde**, lançado pela Ubu Editora em 2020.

Se reconhecer enquanto mulher negra da comunidade LGBTQIA+ fez toda a diferença para a **construção de sujeito social** da criadora. “Fui me percebendo um corpo negro lésbico na sociedade. Então, teoricamente e, também, na prática, isso já me coloca como corpo político”, explica ela, que recentemente concluiu o mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Mas se ver como ativista, no entanto, **foi algo orgânico**. “Eu acho que o ativismo não tem um plano de carreira, ele acontece. Ou você é a pessoa que está vivendo na violência estrutural ou quer se aliar a uma causa. O ativismo vem de uma fonte de indignação, e depois acaba sendo esperança e união, porque você não milita sozinho”, compartilha.

>> Conheça mais em: [@SapataoAmiga](#) (YouTube)

Vozes em ação

Libras na Quebrada: paulista cria projeto que leva língua brasileira de sinais para as periferias de São Paulo



Foto: Arquivo pessoal

Era 2009, quando **Gyanny Vilanova**, que trabalhava na Galeria do Rock, no centro de São Paulo, teve a curiosidade de aprender **Libras (Língua Brasileira de Sinais)** para poder se comunicar com seus clientes surdos à época. Visionária, ela logo percebeu que precisava disseminar seu conhecimento sobre o assunto para mais pessoas.

Essa foi sua motivação inicial para criar o **projeto Libras na Quebrada**:



Surgiu com a ideia de juntar a necessidade das pessoas de aprenderem Libras, mas dentro da realidade da periferia, onde muitas não têm condição de pagar um curso. O objetivo é levar a língua até a periferia, para saberem o que é e ter a oportunidade de aprender. A Libras precisa chegar em todos os territórios”, acredita Gyanny

A iniciativa começou em 2020 e, com a pandemia, foi condicionada a realizar as aulas e encontros de forma remota. Hoje, o Libras na Quebrada atua de forma presencial e conta com **voluntários surdos e ouvintes**, realizando oficinas em alguns pontos da capital paulista.

Gyanny diz que não se considera necessariamente uma ativista, mas sim uma parceira e **aliada da comunidade surda**. “Uso meu privilégio ouvinte para encaixar os surdos nos centros culturais como professores, por exemplo. Eu saio da linha de representatividade do projeto e chamo a comunidade surda para se expor. A causa é deles, eu estou junto com eles, e se todos os ouvintes pensassem assim, teríamos menos barreiras, menos preconceito e mais pessoas aprendendo Libras.”

A Libras foi oficializada como Língua Brasileira de Sinais e a segunda língua nacional há pouco mais de 20 anos, em 2002. Antes disso, contudo, falar com gestos corporais **era proibido em muitos espaços** no Brasil e, até hoje, a comunidade surda luta para garantir acessibilidade e respeito.

A professora defende que a Libras poderia se tornar mais acessível não só com **políticas públicas eficientes**, mas também com ações individuais e coletivas do cotidiano. “Com cada vez mais pessoas aprendendo um pouco, já conseguimos nos comunicar com os surdos. Então, se torna acessível a partir do momento que aceitamos o surdo e entendemos seu mundo”, finaliza.

Aulas de Libras no Sarau Segunda Negra

O projeto Libras na Quebrada está toda segunda-feira, das 20h às 21h, no Espaço Cultural Libertário Fofão Rock’n Bar para uma aula gratuita de libras para a comunidade. O objetivo da iniciativa é promover o primeiro contato dos frequentadores do espaço cultural com a língua de sinais, interagindo e aprendendo com a comunidade surda por meio de dinâmicas, brincadeiras, música e datilologia (comunicação através de sinais feitos com os dedos). Após a aula, aconteceu o Sarau Segunda Negra.

Local: **Espaço Cultural Libertário Fofão Rock’n Bar**
Endereço: Estrada Das Taipas, nº 3827, Jardim Alvina São Paulo - SP.



Foto: Reprodução site

PAPO RETO

PESQUISADORA RESSALTA QUE BRANQUITUDE SE CONSTITUI A PARTIR DE UMA SUPOSTA SUPERIORIDADE RACIAL

Lia Vainer Schucman explica que o racismo produz uma perspectiva de que existe uma humanidade que vale mais e que, portanto, a vida de algumas pessoas vale mais que de outras.

Por Dayse Porto



A tela **A Redenção de Cam** (Modesto Brocos, 1895) teve um impacto muito grande nas teorias do branqueamento. O quadro mostra, da esquerda para direita, uma senhora negra, descalça sobre um chão de terra, que ergue as mãos e os olhos aos céus ao lado de uma mulher, provavelmente sua filha, de tom de pele mais claro, que segura seu bebê, branco, no colo. E um homem branco à sua direita. As três personagens representariam as três gerações necessárias para que o Brasil se tornasse um país branco. O homem é o elo que permite o branqueamento completo dos descendentes da senhora, possivelmente ex-escravizada e, assim, a sua salvação.



A sociedade brasileira tem enfrentado desafios significativos em relação às **questões raciais**, incluindo o agravamento das desigualdades socioeconômicas após a pandemia de Covid-19, a falta de representatividade da população negra em espaços de poder, o aumento da violência policial e, também, de casos de racismo e discriminação. Há uma urgência em se criar medidas para **combater o racismo e promover a igualdade racial** em todas as esferas da sociedade.

Lia Vainer Schucman, psicóloga, professora adjunta no departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora da branquitude e do racismo, explica que, no Brasil, o fato das pessoas negras sempre terem sido tema de pesquisadores(as) brancos(as) **como objeto e não como sujeito**, como se fosse sempre o “outro”, reforçou a **ideia de que a raça branca seria a concepção “universal”**, a norma daquilo que **representa a humanidade**.

A partir dessa constatação, ela colocou a lente de aumento na população branca em suas pesquisas para entender **como funciona a branquitude**.

Em entrevista concedida à **Revista Casa Comum**, a autora de diversas publicações que abordam a temática racial, incluindo *Branquitude em questão e Racismo no Brasil e afetividade: um estudo sobre branquitude e relações inter-raciais*, defende que há uma **concepção de superioridade** que constitui a subjetividade de pessoas brancas e que isso estabelece uma perspectiva de que uma humanidade vale mais do que outras. Confira:

Revista Casa Comum: Como se constitui a identidade racial de pessoas brancas no Brasil?

Lia Vainer: Uma das perguntas centrais nos estudos de relações raciais, no campo da psicologia, é tentar entender como é que essa ideia de raça **produz subjetividade**. Mas o foco dos estudiosos – por muito tempo, só pessoas brancas – sempre foi olhar para os negros e indígenas como “o outro”, como se eles fossem a diferença racial. Isso reforçou, portanto, por muito tempo, a ideia de que o branco é a **concepção universal e a norma** daquilo que representa a humanidade. Então, pensar a branquitude, é pensar como que essa categoria “raça” constitui e produz também **subjetividade nas pessoas brancas**.

O intuito político dessas pesquisas foi **retirar o branco desse lugar de norma** e de lugar de representação de humanidade, porque o próprio grupo que inventou a ideia de raça se autocolocou como superior moralmente, intelectualmente e esteticamente. Então, se há algo que constitui a produção de subjetividade a partir dessa ideia de branquitude, é uma **ideia de superioridade racial**.



Foto: Arquivo pessoal

Revista Casa Comum: O que significa branquitude?

Lia Vainer: A branquitude se constitui a partir de uma **relação de poder que se autointitula como superior** aos outros grupos: ou esses grupos são atrasados, ou não são desenvolvidos o suficiente, ou são muito emocionais, etc. É uma produção “do outro” no lugar de norma desse humano “universal” que é o branco, como se ele fosse superior. **Há uma noção de superioridade que foi constituindo essa subjetividade** e que produz a ideia de que existe uma humanidade que vale mais, de que existe uma humanidade que é mais humana, portanto, a vida de algumas pessoas vale mais do que de outras.

Se a gente pensar nesses casos de assassinatos em escolas, é chocante e ficamos horrorizados. Mas, todos os dias, morrem muitas crianças negras e indígenas no Brasil e não é o mesmo choque. **A violência não é menor** quando a polícia entra em comunidades periféricas e mata crianças ou quando se deixa morrer uma população indígena como vimos no caso dos Yanomami. Porém, o choque e a sensação de perigo e de indignação se dão porque há uma identificação de que esse é um humano e que a vida dele vale, e isso reflete nosso imaginário de que **algumas vidas valem mais e outras menos**.

Então, a **branquitude é uma posição** em que os sujeitos brancos adquirem o privilégio material e simbólico apenas por nascerem brancos. E a concepção do que é branco está ligada às relações históricas e de poder em um território. No Brasil, é branco aquele que tem fenótipo branco, sem que precise necessariamente ter uma origem europeia. Pode ser um branco qualquer: árabe ou judeu – que nunca foi considerado branco na Europa –, inclusive pode ser um branco indígena. A própria etnia e os grupos étnicos modulam a branquitude também, tendo como pano de fundo a ideia de origem.

Revista Casa Comum: O poder econômico, político, jurídico e a própria indústria cultural estão nas mãos de um dos grupos sociais: os brancos. Nesse contexto, você fala em “supremacia branca à brasileira”, o que seria?

Lia Vainer: Temos supremacia branca sustentada por duas ideologias: **o mito da democracia racial**, que é a ideia de que brancos e negros têm oportunidades iguais, e a ideia de **meritocracia**. E tem também o fato de que o privilégio branco coloca **apenas brancos nos lugares de poder**, baseado na ideia de que essas pessoas estão ocupando esses lugares devido ao mérito individual.

Então, a lógica é: “temos oportunidades iguais”, depois “consegui por mérito individual”, logo “os brancos são superiores”. Ou seja, a própria ideologia da democracia racial junto com a ideologia da meritocracia **sustenta uma supremacia branca sem que seja preciso anunciá-la**. Funciona melhor do que na África do Sul e nos Estados Unidos com as regras de supremacias, porque aqui a **ideologia faz com que funcione**.



Revista Casa Comum: Você aponta para o “letramento racial” como uma proposta de um desaprendizado para reverter esse cenário. O que significa e como funciona?

Lia Vainer: Todos nós brasileiros reproduzimos o racismo, porque a nossa sociedade é estruturalmente racista. **Toda pessoa branca é beneficiada pelo racismo** numa estrutura racista, não importa se quer ou não, porque a porta do banco abre mais fácil para mim, a ideia de confiança, de que eu não vou assaltar ninguém, de que eu sou uma pessoa competente, etc. recai sobre a minha imagem apenas pelo meu fenótipo e uma suposta ideia de origem. E a maior parte de nós reproduz esse racismo quando **distribuí os benefícios do privilégio branco apenas no próprio grupo**, que é quando, por exemplo, a professora tem a ideia de que a criança branca é mais competente, que merece aprender e tem que investir, porque ela pode ser uma boa engenheira ou médica. **Coloca-se mais expectativa na criança branca**. Tem uma pesquisa que mostra que as crianças brancas têm as fraldas trocadas com mais frequência do que as negras, porque existe essa ideia de que essa é uma criança que tem que estar limpa e ser cuidada. Nós reproduzimos aquilo que aprendemos e o **nosso letramento racial é racista**.

A gente tem a ideia de que o branco tem sociedade, os negros e indígenas têm tribos. As línguas europeias são linguagens, mas as 65 línguas indígenas que existem no Brasil são dialetos. Um é língua, o outro é dialeto, uma prática é arte, a outra é artesanato. O que vem da Europa é visto como o conhecimento, já o resto são saberes tradicionais. Existe toda uma **ideia hierárquica que aprendemos e reproduzimos**.

Se perguntarmos para as pessoas onde nasceu a filosofia, a maioria vai dizer que foi na Grécia. Mas, o que nasceu lá foi a filosofia grega, a filosofia chinesa nasceu na China, a filosofia indígena nas Américas, a filosofia egípcia no Egito, etc. A história da Europa é a história geral, enquanto as outras são história das Américas, história da África, etc., porque a **branquitude aparece como algo universal**. Mesmo que a Europa tenha sido responsável pelas Cruzadas, pela Inquisição, pela Primeira e pela Segunda Guerras, pelo genocídio das mulheres, dos judeus e dos indígenas e pela escravização da população africana, ou seja, mesmo que seja um **continente da barbárie**, existe uma ideia de que aquele é um lugar civilizado, que é tudo lindo e desenvolvido, mesmo que tenha sido com sangue derramado e ouro roubado de outros países.

Um **letramento racial crítico** é o que nos permite passar por processo de desidentificação com isso tudo. É preciso produzir uma **justiça epistêmica** a partir do reconhecimento de que esse lugar que as pessoas brancas foram colocadas é um engodo, que não tem nada de civilizatório, nada de berço do desenvolvimento, etc. Isso precisa ser contado de outra forma para tirar da nossa linguagem a ideia de que existe uma superioridade branca e, para que seja possível, ampliar o entendimento de que as **identidades raciais não existem a priori**, é fruto de uma produção histórica *a posteriori* e depois da dominação.

Assim, o letramento racial crítico é um **passo de conscientização para uma mudança** que cada pessoa precisa fazer nos espaços que ocupa: família, igreja, escola, etc. O **antirracismo não pode ser visto como letramento** – algo como “li 10 livros sobre o tema” – é uma prática cotidiana.

Revista Casa Comum: Ouvimos muito que não basta não ser racista, é preciso ser antirracista, mas aí é necessário falar sobre privilégios. Qual o lugar das pessoas brancas na desconstrução do racismo estrutural?

Lia Vainer: Nenhuma estrutura pode funcionar sem que os indivíduos a sustentem como, por exemplo, a categoria “gênero”, que não tem nada de natural, é uma **produção social**. Com raça é a mesma coisa. Não existiria possibilidade do racismo continuar sendo estrutural se todos os dias não tivessem as pessoas organizadas institucionalmente fazendo o necessário para que a estrutura se mova. Então, o lugar das pessoas brancas na luta antirracista é o de **parar de reproduzir**.

O que a **Cida Bento** [psicóloga, professora e pioneira nos estudos sobre branquitude e referência no combate ao racismo em empresas e organizações] chama de **“pactos da branquitude”** é um esforço inconsciente para manter “nossos iguais” nos mesmos lugares de privilégio. Ou seja, a contínua exclusão do poder econômico, jurídico e político de negros e negras na nossa sociedade. Para mudar isso, é preciso **parar de reproduzir diariamente essa lógica** como quando uma pessoa responsável pelo *marketing* de uma empresa recebe a tarefa de colocar uma pessoa bonita para vender um produto e seleciona uma pessoa loira de olhos azuis, isso é reproduzir um padrão de beleza que é racista.

Não é possível naturalizar que se realize um concurso público no estado de São Paulo em que, de 50 vagas, sejam aprovados 50 juízes brancos. Não está tudo bem porque 40% da população do estado é negra. Isso acontece porque a gente **cria barreiras raciais sem que seja nomeado como barreira racial** e interpretado como “neutralidades raciais” porque quem tem raça é sempre “o outro”.

Revista Casa Comum: Frequentemente, quando pessoas brancas são confrontadas com seu racismo, a reação varia entre negação, agressividade ou imobilidade. Poderia explicar como a psique das pessoas brancas funciona quando o assunto é racismo?

Lia Vainer: Quando as pessoas brancas são chamadas de “os brancos”, é comum que reajam negativamente, mas são as mesmas pessoas que estão há 500 anos falando “os indígenas” e “os negros”. Eles podem ser chamados assim e a categoria de “ser humano individual e singular” é só para os brancos? **O desconforto está colocado aí.**

É preciso entender que apontar a branquitude é um furo narcísico, porque é assumir que o lugar, no qual estamos, não é por fruto do esforço individual – embora ele possa existir –, mas as **oportunidades foram criadas para que pudéssemos nos esforçar** a partir de uma estrutura racial muito desigual e isso é, sim, um desconforto muito grande.

Abordar relações raciais e não gerar nenhum desconforto **significa que tem alguma coisa sendo suavizada**, algum nível de desresponsabilização das pessoas brancas desse lugar, porque **a partir do momento que você as responsabiliza, há desconforto**. Mas, se você se move no desconforto, ele passa. O viés para trabalhar esse incômodo é que as pessoas brancas se responsabilizem e atuem para mudar as estruturas que as beneficiam.

E, nesse sentido, é preciso ampliar o entendimento sobre **o lugar de fala**. Esse conceito significa que **há um lugar de onde as pessoas falam e que isso importa**, pois ele traz o ponto de vista relacionado a esse lugar. E não existe alguém “sem lugar de fala”, porque todo mundo ocupa um lugar no mundo. Então, uma pessoa branca comprometida com a luta antirracista **vai falar do lugar da branquitude**, não do lugar de uma pessoa negra, porque não tem como falar de um lugar que não é o seu.

Revista Casa Comum: O ministro Silvinho de Almeida defende que, para que haja a construção de sujeitos racializados como brancos e negros, é necessário que se criem espaços de racialização. Quais estratégias você acha possíveis para construir esses espaços nas organizações que atuam na defesa de direitos?

Lia Vainer: As organizações em geral partem do pressuposto de incluir minorias raciais em seus quadros, mas desde que elas se tornem “como nós”, a partir de um ideal de branquitude, de embranquecimento dos corpos, ao invés de perceber a **potência que as diferenças podem trazer**. As pessoas negras não são vistas como sujeitos singulares na sua potencialidade, são vistas como uma grande categoria e isso é extremamente prejudicial, pois se perde o olhar para as potências de cada indivíduo.

O pacto narcísico olha para esses grupos **como se eles estivessem sempre em falta**: falta o inglês, falta universidade referenciada, falta intercâmbio, etc., e aí essas pessoas são sempre vistas como **inadequadas e que precisam alcançar esse lugar ideal**. Essa não é uma perspectiva de inclusão antirracista. A inclusão de pessoas não brancas nas organizações deve ser feita da mesma forma que se faz com as pessoas brancas, valorizando suas características individuais e agindo para transpor as barreiras que as impedem de permanecer nesses espaços.

Revista Casa Comum: Você está no ambiente universitário há mais de duas décadas e, no ano passado, a Lei de Cotas completou 10 anos. Como você avalia o impacto dessa política na educação brasileira? O que é necessário para avançar na educação pública antirracista nos próximos anos?

Lia Vainer: Eu estudei em uma universidade que é a mesma que dou aula atualmente. Na minha época de estudante, todos os professores eram brancos, todos os alunos eram brancos – me lembro de apenas uma pessoa negra no curso de Psicologia – e o conflito racial não estava na universidade. Hoje, não tenho uma turma que não tenha pelo menos 10 alunos negros, então teve um impacto realmente muito grande.

Junto com esse impacto, temos o **conflito racial dentro da sala de aula**. E eu sempre digo que, quando isso acontece, é porque está melhorando, pois significa que as pessoas estão tendo voz para denunciar, tendo algum mínimo canal de escuta e denúncia.

O conflito racial acontece porque **brancos e negros estão se relacionando**. Na minha época, não existia porque não tinham negros dentro da sala de aula, o conflito só ficava fora da universidade. A quantidade de jovens negros que foram os primeiros da família a entrar na universidade, nos últimos 10 anos, é impressionante. Colocamos, no mínimo, **quatro vezes mais negros**, nessa última década de cotas, do que em toda a história anterior da universidade. Ou seja, realmente essa foi **uma política muito efetiva**.

Mas a forma com que foi levada ao debate público, com a pergunta “você é a favor de cotas?”, foi desonesta, porque retira do debate a principal pergunta, que é “**você é a favor da igualdade racial** no Brasil?” A primeira pergunta é a mesma coisa que questionar “você é a favor de uma técnica?”, quando a pergunta correta seria a segunda. Isso acontece, porque as ações afirmativas, como as cotas, fazem parte de um **pacote de técnicas** para garantir que a igualdade racial ocorra.

Por isso, acredito que as políticas de ações afirmativas devam continuar e ser aprimoradas. E sou ainda mais radical. Acho que tem que estar em conformidade com as regras da federação. De acordo com elas, nós temos 56% de pessoas negras, ou seja, 56% da população que paga impostos e sustenta as universidades são as pessoas negras. Então, os órgãos públicos deveriam ter 56% de reserva de vagas para essa população, **que está pagando sem poder participar**, e isso precisa mudar.

Quer se aprofundar no assunto?

■ **Especial Branquitude**, Canal Futura.

>> Acesse: bit.ly/CasaComum_E5_4



■ Livro **Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo**. A publicação foi organizada pelo Instituto Ibirapitanga em parceria com **Lia Vainer Schucman** e conta com prefácio de Cida Bento.

Foto: Larissa Lana / Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP)



A LUTA E A RIQUEZA DE IDENTIDADES NO CAMPO BRASILEIRO

Você já ouviu falar de raizeiras, benzedeiras, geraizeiros, fundo e fecho de pasto, faxinalenses e caatingueiros? Esses povos e incontáveis outros formam a diversidade incalculável do país afora.

Por Elvis Marques

O Brasil do campo tem rostos, identidades e modos de vida múltiplos. Povos indígenas, no plural, são necessários para dar conta da dimensão de línguas, culturas e compromissos com os seus territórios sagrados. Nesse espaço, em meio à efervescência de vida e de identidades, um termo — e o que ele significa — é de extrema importância para os **povos e comunidades tradicionais: a autoidentificação**.

Somos diversos e somos muitos!

3 mil

comunidades
quilombolas



300 mil

mulheres quebradeiras
de coco babaçu



305

etnias indígenas



1.4 milhão

de indígenas

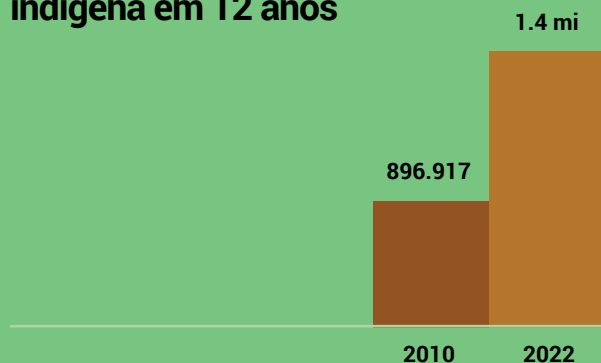


Mais de 700

línguas faladas entre
os povos indígenas



O crescimento da população indígena em 12 anos



Fonte: Censo do IBGE.

Paulo Ricardo Amaral, superintendente do IBGE no Tocantins, acredita que esse aumento da população indígena reflete uma maior autodeclaração das pessoas entrevistadas, o que pode ser entendido também como uma quebra de preconceitos, além da reestruturação metodológica do órgão.

Demarcação de territórios

Acompanhe o projeto Terras Indígenas (TIs) no Brasil, do **Instituto Socioambiental** (ISA), o qual traz importantes informações sobre a situação de cada uma das TIs no país, como: identificação, declaração e homologação: terrasindigenas.org.br



Situação atual das Terras Indígenas

732 no Brasil

em diferentes fases do procedimento demarcatório:

125 Em identificação

Terras em estudo por grupo de trabalho nomeado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) (inclui 6 terras interditadas para grupos em isolamento voluntário)

43 Identificadas

Terras com relatório de estudo aprovado pela presidência da FUNAI

74 Declaradas

Terras declaradas pelo Ministro da Justiça

490 Homologadas e Reservadas

Terras homologadas pela Presidência da República, adquiridas pela União ou doadas por terceiros

População urbana e rural no Brasil



84,72%
das pessoas
vivem nas cidades

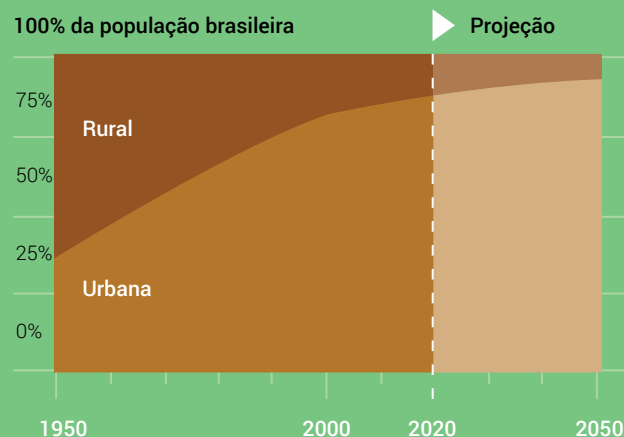


15,28%
residem na
zona rural

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2015.

Esses dados do PNAD, ainda que defasados, foram questionados à época pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual estima que **36% da população brasileira vive no campo. A pesquisa que confronta o IBGE** foi realizada pelo MDA, Ministério do Planejamento, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Projeção da população urbana e rural no Brasil conforme Organização das Nações Unidas (ONU)



Fonte: World Population Prospects (2019), da Organização das Nações Unidas (ONU).

POMERANOS
 RAIZEIRAS
BENZEDEIRAS RIBEIRINHOS
 QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU
 CIPOZEIROS
 CAATINGUEIROS **GERAIZEIROS** MORROQUIANOS
 CAMPONESES **FUNDO E FECHO DE PASTO** **NÔMADES**
 APANHADORAS DE FLORES SEMPRE-VIVAS PANTANEIROS EXTRATIVISTAS
ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA **VAZANTEIROS**
 SERTANEJOS FAXINALENSES CASTANHEIRAS **CABOCLOS**
PIAÇAVEIROS VEREDEIROS E SERINGUEIROS
 CANASTREIRAS POVOS DE TERREIRO
 PANTANEIROS RETIREIROS DO ARAGUAIA
CAIÇARAS INDÍGENAS
 BARRANQUEIROS **SEM-TERRA**
PESCADORES ARTESANAIS
QUILOMBOLAS CATADORES DE MANGABA
 ATINGIDOS POR BARRAGENS
ANDIROBEIRAS
ISQUEIROS
 POSSEIROS
ROMEIROS
CIGANOS
ILHÉUS

São incontáveis os povos e as comunidades tradicionais no Brasil

A **Convenção 169**, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi o primeiro instrumento internacional a **reconhecer os direitos de povos originários**, relacionando modos de vida e organização social ao território tradicionalmente ocupado e a usos da natureza pela comunidade. Assim, endossando a necessidade e o respeito às **inúmeras identidades**.



Iniciativa territorial

O **Tô no Mapa** é um aplicativo para uso no celular, desenvolvido para que **povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares** brasileiros realizem o automapeamento de seus territórios. O objetivo do projeto é utilizar as informações coletadas para gerar um mapa inédito e apoiar a elaboração de políticas públicas e outras iniciativas promovidas por movimentos, redes e organizações sociais.

>> Conheça: tonomapa.org.br



O campo que luta, resiste e chora

A **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**, há quase 50 anos, atua junto aos povos e comunidades tradicionais do campo e registra os dados de conflitos por terra, água e sobre a questão trabalhista. Ano a ano, os dados superam os anteriores em algum quesito. O relatório **Conflitos no Campo Brasil 2022**, lançado em abril de 2023, traz alguns destaques:



Conflitos 2.018

esse é o número de conflitos registrados no campo em 2022 pela CPT

909.450 pessoas foram envolvidas nos conflitos

80.165.951 de hectares de terra estão em disputa no Brasil

> Para ter uma base de comparação, todo o Brasil possui 851 milhões de hectares



Mortes no campo

47 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo em 2022 (30% a mais que em 2021)

> Destas 47 pessoas mortas, **18** eram indígenas e **9** sem-terra

> E desses 18 indígenas, **6** foram mortos nas áreas de retomada do povo Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul



Escravidão

> A CPT registrou, em 2022, **207** casos de trabalho análogo à escravidão no meio rural

> **2.218** pessoas foram resgatadas (é o maior número dos últimos dez anos)

> Minas Gerais é o estado com mais casos (**62**) e com mais pessoas resgatadas (**984**)

>> Confira os dados na íntegra: bit.ly/CasaComum_E5_18



Saiba mais sobre os povos e comunidades tradicionais do Brasil:

- > Plataforma de Territórios Tradicionais: bit.ly/CasaComum_E5_19
- > Cerrados e suas riquezas: bit.ly/CasaComum_E5_20
- > O levante das comunidades tradicionais: bit.ly/CasaComum_E5_21
- > Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT): bit.ly/CasaComum_E5_22
- > Rostos, Vidas e Identidades: bit.ly/CasaComum_E5_23
- > O direito de velar os ancestrais: Cemitérios e comunidades tradicionais: bit.ly/CasaComum_E5_24
- > Povos e comunidades tradicionais: bit.ly/CasaComum_E5_25
- > Nova Cartografia Social: povos e comunidades tradicionais: bit.ly/CasaComum_E5_26

EM PAUTA

“DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAS POBRES É FENÔMENO DO SISTEMA CAPITALISTA E NEOLIBERAL”, AFIRMA PADRE JÚLIO LANCELOTTI

Reverter a aporofobia, termo referente à aversão aos pobres, só será possível com políticas intersetoriais que garantam direitos como moradia, acesso à educação, saúde, trabalho e renda.

Por Maria Victória Oliveira

Um número alarmante: 211%, essa foi a taxa de crescimento do contingente de pessoas em situação de rua entre 2012 e 2022, totalizando mais de **281 mil indivíduos vivendo sem um teto** no país. Somente entre 2019 e 2022, o crescimento foi de 38%, segundo a publicação preliminar **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022)**.

Igualmente elevadas são as notificações de casos de violência contra esse grupo. Desde a retirada de barracas e pertences, passando por campanhas contra esmola, até uso de jatos d'água e instalações da chamada **arquitetura hostil** – pinos, espetos e pedras pontiagudas em esquinas, praças, embaixo de pontes e viadutos, além de bancos curvos e sem encosto –, as medidas mostram uma verdadeira **aversão da sociedade** para com pessoas na mais alta situação de vulnerabilidade. Adela Cortina, filósofa espanhola, cunhou o termo **aporofobia**, que, do grego, dá nome a esse **medo e rejeição à pobreza extrema**.



O número de crianças nas ruas aumentou significativamente após a extinção de políticas assistencialistas pelo governo federal sob gestão de Michel Temer. Brasília (DF), 2017. Foto: Matheus Alves

Passeata no dia 12 de maio de 2023 durante manifestação em prol da vida e dignidade da população em situação de rua. Foto: Rovena Rosa / Agência Brasil



“[A aporofobia] é um **sintoma da meritocracia e da desigualdade**, que se repetem em todos os lugares”, explica o padre **Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo da Rua**, que aponta esse comportamento de afastamento, intolerância e criminalização da pobreza como um fenômeno não só da sociedade brasileira, mas do sistema capitalista e neoliberal.

Na mesma linha, **Márcia Gatto**, doutora e mestre em Políticas Públicas e Formação Humana e coordenadora da **Rede Rio Criança** e da **Rede Nacional Criança Não é de Rua**, afirma que, no sistema capitalista, não há lugar para o que ela chama de “**sujeitos indesejáveis**”, grupo composto sobretudo por crianças, jovens e adultos em situação de rua e adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

Crime à aporofobia

Em 2020, o deputado Fábio Trad (PSD-MS) apresentou o **Projeto de Lei 3135/20**, que criminaliza a violência praticada por ódio contra a pobreza. O texto define como **crime a aporofobia** e classifica como homicídio qualificado matar alguém em razão de sua pobreza. Prevê, ainda, aumento de pena em um terço nos casos de lesão corporal praticada contra pessoa pobre. O projeto está aguardando a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Interseccionalidades e o peso da pobreza

Integrante da **Comissão dos Direitos da População em situação de rua do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)**, Márcia analisa que a questão do recolhimento compulsório de pessoas em situação de rua remonta aos tempos da falsa abolição da escravidão com a Lei Áurea, o que se conecta ao fato de que pessoas sem um teto para morar **são, majoritariamente, negras**.

Além do **racismo**, trata-se também de uma questão de classe social e uma construção histórica a partir da crença da **supremacia racial branca com ideais eurocêtricos**, que é importada para o Brasil juntamente a uma ideologia elitista e discriminatória.

São, em resumo, os **indesejáveis da sociedade**, termo que dá nome ao livro e tese de doutorado de Márcia, *Os indesejáveis: Das práticas abusivas e ideologia dominante no enfrentamento aos sujeitos indesejáveis no Rio de Janeiro*.

“Pessoas negras e pobres, não apenas na condição de rua, mas também em favelas e comunidades empobrecidas, são vítimas da aporofobia, violência e discriminação. Muitos têm verdadeiro ódio, **um misto de medo e raiva dessas pessoas**, que tem a ver com um pensamento discriminatório que acredita que os negros são inferiores. Antigamente, no viés da religiosidade, era considerado que negros não tinham alma. Eram vendidos como animais, com uma importância apenas de mão de obra. É um subalterno, aquele que trabalha para mim. Ou seja, não devem circular onde eu circulo, não os quero nas minhas praias e avenidas. Daí a necessidade de recolher, encarcerar e, muitas vezes, matar”, aponta.

Padre Júlio também comenta que as **interseccionalidades** contribuem para o aprofundamento da discriminação e aponta a **pobreza como agravante** de todos os preconceitos. Ou seja, a discriminação contra mulheres, por exemplo, será ainda maior no caso das negras, em situação de pobreza ou de rua.

“Segundo o próprio conceito da filósofa Adela Cortina, o rechaço ao pobre acontece quando a pessoa não pode contribuir. Africanos são muito bem-vindos na Espanha, desde que tenham dinheiro, mas não se forem refugiados e imigrantes. Nos Estados Unidos, o mesmo acontece com imigrantes latino-americanos. Na Europa, o Papa Francisco chegou a dizer que o Mar Mediterrâneo é um **cemitério aquático**, pois milhares morrem em botes sem socorro. Esse sintoma está presente e se repete na sociedade brasileira também com relação aos povos **indígenas e quilombolas**”, exemplifica.

Na luta: o Movimento Nacional da População de Rua

“Podem tentar calar a minha voz, mas não vão conseguir calar meu pensamento. Não posso ser plateia desta sociedade doente. Tenho que continuar sendo autor e protagonista da minha própria história.”

A fala é de **Rafael Machado**, que conhece de perto a situação de pessoas que vivem nas ruas, já que ele mesmo passou 14 anos sem um teto. Hoje, é coordenador nacional do **Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)** em Alagoas.

Criado em 2005 e organizado em 19 estados, o MNPR luta por moradia digna, acesso a emprego e renda, saúde, educação, esporte e lazer e seguridade social, também **ocupa espaços importantes** de decisão, como o **Conselho Nacional de Saúde, de Direitos Humanos e de Assistência Social**.

Vanilson Torres, representante e coordenador nacional do MNPR no Rio Grande do Norte, que, durante 27 anos, viveu nas ruas, comenta que, se para alguns a rua é lugar para circular, para outros é um espaço de sobrevivência, e recita: “É o lugar que nos restou, que nos ‘acolheu’ mesmo sem haver acolhimento. A rua que grita e não é ouvida, que é silenciada, esquecida pelas gestões.”

“Pessoas apressadas e desavisadas passam por nós, nos veem mas não nos enxergam e, quando enxergam, é pelo olhar do preconceito e da criminalização”.

Para ele, é importante refletir porque a **maioria da população em situação de rua é negra**. “Não é por acaso, são resquícios da escravidão, já que os escravizados foram para as ruas.”

Esforço intersetorial

Combater a aporofobia conecta-se ao **enfrentamento das inúmeras e profundas desigualdades** que marcam a sociedade brasileira, o que se torna uma missão ainda mais desafiadora sobretudo depois de quatro anos de uma gestão federal representada por um governante que, em seus atos, falas e posturas, legitimou, por diversas vezes, a violência e o desprezo por mulheres, negros, população LGBTQIA+, pobres e outros grupos.

Direitos universais que não são para todos(as)?

A universalização dos direitos no Brasil, principalmente dos direitos sociais, é garantida na Constituição de 1988, que prevê o acesso a educação, alimentação saudável e adequada, saúde, moradia digna, trabalho, entre outros. A Constituição aponta isso tudo também como um dever do Estado, que deve **organizar políticas públicas** para atender a esses direitos.

Mas o documento foi elaborado no momento de redemocratização do Brasil, que **ia na contramão do panorama mundial** naquele período: o neoliberalismo avançava com a ideologia de que o Estado deveria deixar o mercado livre e atender apenas o básico para as demandas sociais, com investimento mínimo, focando em políticas sociais de emergência e de combate à pobreza. Dessa forma, tudo o que se planejou sobre universalização dos direitos na Constituição brasileira **fica prejudicado e perde força** com a tendência neoliberal que se alastrou mundialmente a partir de então.

Quem apresenta esse contexto para justificar a contradição atual existente no Brasil, cuja Constituição garante a universalização dos direitos, mas que não consegue efetivar isso na prática, é **Rosângela Pezoti**, coordenadora técnica do **Sefras – Ação Social Franciscana**. “Outro fator também muito importante nesse processo é que, logo depois da Constituição, deveriam sair as leis complementares de implantação dessas políticas, mas com os governos que vieram, comprometidos com a política do Fundo Internacional Monetário e, também, com a ideologia neoliberal, foi se perdendo o fôlego para essas conquistas, assim como o orçamento para efetivá-las”, explica.

Para Padre Júlio, reverter o cenário de aporofobia **demandam mudanças econômicas** e de prioridade, já que, em São Paulo, por exemplo, as decisões são tomadas não a partir das necessidades do povo, mas considerando a especulação imobiliária.

Apesar de o artigo 6º da Constituição Federal brasileira elencar que **moradia é um dos direitos sociais** que deveriam ser assegurados a todos, Márcia aponta **a falta de interesse no alto investimento necessário** para produzir efeitos positivos na pauta e ressalta a importância de **esforços intersetoriais**. “Não basta falarmos ‘mora aí’. A moradia tem que vir junto com políticas de assistência, profissionalização, emprego, saúde e educação. Senão, ficamos em um trabalho assistencialista, que é necessário, mas também precisamos promover a vida desses sujeitos.”

Além da necessidade de respeitar o arcabouço legal já existente para combater a pobreza, como afirma Márcia, Rafael aponta a expansão e a melhoria da qualidade de serviços de públicos de atendimento, como os **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)** e abrigos, que devem promover a dignidade do ser humano e respeitar a individualidade de cada um, além de serem encarados como **medidas provisórias e não permanentes**, visando dar condições para as pessoas se restabelecerem.

Dessa forma, **o Brasil nunca conseguiu avançar** em termos de universalização de direitos, tal qual foi sonhado na construção da Constituição de 1988. Rosângela aponta a volta do Brasil ao Mapa da Fome como um exemplo desse processo e reflete sobre outro desafio: **a burocratização dos processos necessários para acessar direitos sociais**. “Com o empobrecimento da população, vem também um aumento de demandas por políticas sociais e, se o orçamento é pequeno, se deixa de atender muitas delas. E aí a tendência é que surjam cada vez mais critérios para acessar direitos básicos. Na prática, para dar acesso a uma política, o Estado cria um monte de **critérios**, muitas vezes, excludentes”, afirma.

“Para acessar uma política pública, às vezes, é tão difícil, que a pessoa desiste no meio do caminho. Por exemplo, na assistência social, para acessar qualquer benefício, é necessário preencher o Cadastro Único e, para tal, é preciso agendar e ir a um posto de atendimento. E, na prática, esse agendamento é a perder de vista, assim como a experiência de usuários do SUS.”

A oferta pequena para uma demanda grande gera um **sistema de exclusão e imposição de obstáculos** por meio de critérios que “peneiram” aqueles que irão acessar os programas de assistência social. Esse cenário faz com que as políticas existentes sejam **“massificadas”**, desprezando as singularidades dos grupos atendidos e os serviços são ofertados em larga escala, com formato único, e **a diversidade dos grupos se perde no meio do caminho**. “A universalização dos direitos não significa que todo mundo é igual, mas que as políticas sociais devem promover a equidade e a redução das desigualdades, ou seja, que as pessoas precisam receber aquilo que, de fato, precisam”, explica Rosângela.

FÉ, POLÍTICA E DIVERSIDADE: POR UMA DEMOCRACIA PERMEADA PELO CUIDADO COM A CASA COMUM

Por Dayse Porto

Religião e política não se discutem! É muito difícil achar alguém que nunca tenha ouvido essa afirmação na tentativa de evitar uma conversa que pudesse gerar um embate de ideias. A frase é um reflexo do **senso comum** que reforça o mito da cordialidade, da passividade, do “bom hábito” brasileiro de sempre fugir de conflitos, especialmente os relacionados a esses dois temas: **fé e política**.

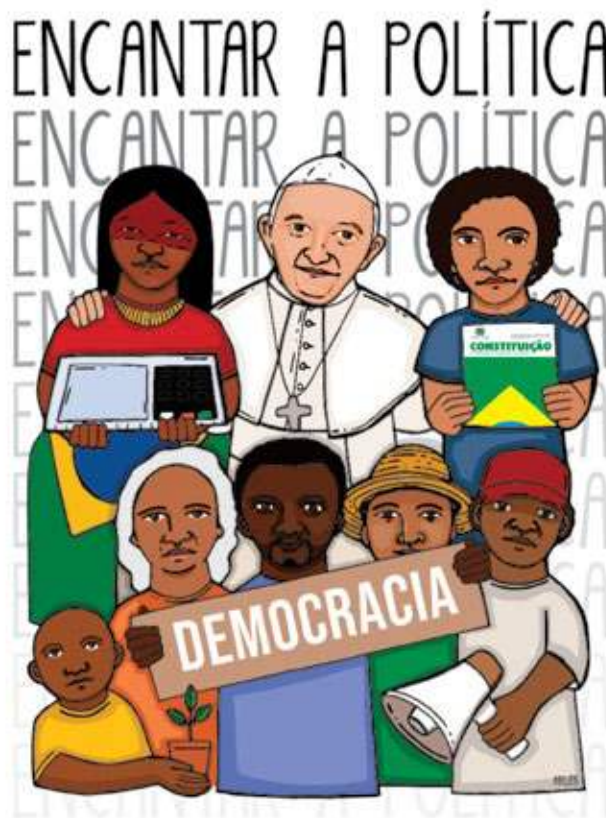
A **diversidade religiosa** é, frequentemente, pauta na mídia devido a casos de violência em decorrência de manifestações de fé. Segundo pesquisa coordenada pela Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras, **quase metade dos terreiros no Brasil registrou até cinco ataques** nos últimos dois anos. Crimes dessa natureza aumentaram 45% no Brasil no mesmo período e as denúncias mostram que o alvo mais frequente são os cultos de matriz africana, ou seja, o **racismo religioso** tem gerado violência contra, majoritariamente, as pessoas negras.

Embora exista uma forte campanha de organizações da sociedade civil e movimentos sociais para que seja garantida a **laicidade do Estado**, a fim de assegurar que direitos e liberdades de todas as pessoas sejam respeitados, há também uma necessidade urgente de dar luz à relação entre religião e política.

O conflito entre as duas áreas, que já era grande o suficiente para virar um clichê, se tornou ainda mais polêmico na última década devido ao **aumento crescente da polarização política**, acentuada e com forte participação de instituições religiosas e personalidades públicas que atrelam suas imagens e atuações à alguma doutrina e/ou prática religiosa.

Marchas, mobilizações, coletivos e até projetos de lei relacionados a pautas religiosas foram aumentando em todo o Brasil nos últimos anos e, conseqüentemente, a fé foi

sendo usada como **justificativa para opções políticas** e, até mesmo, violências praticadas contra grupos divergentes. Cada vez mais, se apela ao religioso para atacar e defender interesses, projetos e grupos políticos.



“Toda comunidade religiosa aparentemente apolítica só favorece a política dominante, ainda que injusta.”

Frei Betto

A provocação acima é de Frei Betto, frade dominicano, jornalista, escritor e uma das maiores referências brasileiras quando o assunto é fé e política. Ela nos convoca a pensar sobre a **relação intrínseca da religiosidade e da política brasileira** e seus impactos na vida cotidiana, especialmente os efeitos para as minorias sociais.

Com o movimento de mobilização e engajamento político de grupos religiosos, especialmente a partir do governo de Jair Bolsonaro, apresentou-se um novo cenário: por uma lado, **a fé motiva** parte da sociedade em **busca de mudanças sociais**, que se envolve em campanhas por justiça social, direitos humanos e igualdade, que reflatam seus valores religiosos.

Mas a religião também pode ser usada para **justificar atos discriminatórios e de intolerância** e para respaldar ações violentas e extremistas, como os ataques realizados por fascistas em Brasília no início de 2023. Mas isso não é uma novidade: historicamente, no Brasil, candidatos e partidos políticos também **utilizam a religião para ganhar apoio** eleitoral, ou para justificar políticas e ações que violam direitos de alguns grupos sociais, mas que atendem a demandas de bases religiosas.

>> Analisamos os ataques em Brasília na última edição da **Revista Casa Comum**. Conheça mais sobre o assunto em: bit.ly/RCC_4_EmDestaque

A política do bem comum: tudo que existe é para todas as pessoas

Em diálogo com a provocação de Frei Betto, **Mônica Lopes**, coordenadora estadual da **Pastoral Fé e Política** (www.pastoralfp.com) em São Paulo, afirma que o movimento foi criado para “colocar o evangelho na prática” e pensar como a fé pode incidir na sociedade, reforçando a compreensão de que não existe vida sem política, nem aplicação dos princípios religiosos alienado dela.

“Quando a gente nasce, a gente precisamos das políticas públicas de saúde. Quando a gente cresce, precisa das políticas públicas de educação para se desenvolver e a gente vai vivendo e precisando de uma série de políticas públicas. Por isso, na Pastoral, trabalhamos tanto com formação, uma tentativa de compreender melhor qual é o nosso papel enquanto cristãos e cristãs na sociedade”, comenta.

Por isso, ela defende a necessidade do **engajamento das instituições** religiosas no **fortalecimento da democracia**. “Se a religião é o pano de fundo de movimentos conservadores, também pode ser pano de fundo para a democracia avançar, para a construção de uma sociedade da justiça social, do amor, da igualdade, defendendo que tudo que existe é para todas as pessoas”, afirma.

Sobre a **importância da diversidade religiosa** nesse processo de reconstrução da democracia e da necessidade de reforçar e ampliar as práticas ecumênicas, Mônica destaca o trabalho da **Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz**, da qual também faz parte. A iniciativa tem como objetivo aglutinar diversos movimentos religiosos em torno de pautas comuns “porque a casa comum é uma só”.



Papa visita a comunidade de Varginha, no Complexo de Manguinhos, zona norte do Rio de Janeiro, 2013. Foto: Tânia Rêgo / Agência Brasil

Um dos desafios, em sua opinião, é avançar no **ecumenismo para além das instituições** cristãs, pois, nesse campo, já existem diversas iniciativas de aglutinamento em torno de agendas em comum, mas a **articulação com religiões de outras matrizes** ainda é deficitária.

A Via Sacra do povo em situação de rua, realizada na sexta-feira santa deste ano, pela **Pastoral Povo da Rua** (@pastoralpovodarua no Instagram), em São Paulo, é um ótimo exemplo para Mônica, pois a manifestação contou com a presença de líderes de diversas denominações religiosas.

A busca pela união não “apesar” das diferenças, mas sim “com” as diferenças



Foto: Arquivo pessoal

Quem nos conta essa história é o **Frei Lorrane Clementino**, frade franciscano que vive em Salvador, na Bahia, integrante do **Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (Sinfrajupe)**. Para o religioso, ela é uma síntese sobre a **essência do ecumenismo e do diálogo inter-religioso**, pois é nas diferenças que se constrói a vida comunitária.

O Frei explica que a prática franciscana tem essa característica de **valorizar a vivência com as diferenças como um fator que potencializa** a ação religiosa e fortalece o ecumenismo. “O mundo não é só cristão, tem esferas religiosas de todos os tipos, muitas doutrinas diferentes e podemos aprender muito com o diálogo e as diferenças entre elas”, afirma.

Retomando a definição do Papa Francisco para a política como um “instrumento para o bem comum”, Frei Lorrane argumenta que **religião significa religar a relação do homem com o divino** e que “essa ligação é também uns com os outros porque ninguém se salva sozinho”. Nesse sentido, ele aponta para a urgente necessidade de **reconexão entre todas as pessoas** enquanto sociedade e enquanto população que habita uma Casa Comum, relembrando os retrocessos dos últimos anos no campo dos direitos humanos e socioambientais.

Nesse ponto, o Frei aponta a **responsabilidade de líderes religiosos** de todas as denominações. “É preciso ter cuidado com o que se fala, a forma que se fala e com a instrução que se dá”, destacando o crescente impacto da disseminação de *fake news* nos grupos religiosos e a necessidade de que as instituições **combatam a desinformação** para corroborar com tendências antidemocráticas.

Ele defende que o valor das práticas ecumênicas e esforços para o diálogo inter-religioso está justamente na comunhão com outras religiões, “sem a pretensão de converter, e sim conviver na diferença”.

As ilustrações utilizadas na matéria foram retiradas do caderno **Encantar a Política**, projeto que tem como proposta atuar na formação do eleitorado brasileiro por meio de um processo que possibilite uma leitura crítica do momento atual e que aponte para o exercício de uma cidadania ativa.

Conheça: >> cnlb.org.br/encantarapolitica

NA PRÁTICA

INICIATIVAS PROMOVEM PARTICIPAÇÃO, APOIO E ORIENTAÇÃO A GRUPOS INVISIBILIZADOS OU VÍTIMAS DE DISCRIMINAÇÃO

Por Maria Victória Oliveira



Crianças brincam no Sefras Criança – Peri, localizado no Jardim Peri Alto, extremo norte da cidade de São Paulo, que atende 120 crianças e adolescentes (6 a 16 anos) no contraturno escolar. Foto: Sefras

São muitos e variados tipos de violências, invisibilidades, descasos e indiferenças diárias vivenciadas por vários brasileiros e brasileiras no país, seja por conta da sua orientação sexual, seu gênero, o local de moradia, e até mesmo sua idade.

Segundo a quarta edição da pesquisa *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*, por exemplo, **quase 51 mil mulheres sofreram violência** diariamente em 2022. O levantamento demonstra, em dados, uma verdadeira epidemia de violência: 33,4% das mulheres com 16 anos ou mais sofreram violência física e/ou sexual por parte de parceiro íntimo ou ex, índice maior do que a média global de 27%, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em outra frente, o **Painel Interativo de Decisões sobre Refúgio no Brasil** mostra que, atualmente, há cerca de **66 mil pessoas reconhecidas como refugiadas** no país. De acordo com a 7ª edição do relatório *Refúgio em Números*, apenas em 2021, foram feitas **29 mil solicitações da condição de refugiado**. São pessoas recém-chegadas a uma nova nação, que precisam de documentos, moradia, acesso a emprego, a renda e a escola para os filhos, além de, muitas vezes, enfrentar a barreira do idioma e a xenofobia.

Outro grupo que também vive o preconceito em seus corpos é o das pessoas transsexuais. Segundo uma **pesquisa** realizada ao final de 2022 pelo **projeto TransVida**, do Grupo pela Vidda, apenas **15% dos respondentes relataram ter um trabalho com carteira assinada**. Do total, 36,7% já foram vítimas de transfobia e 34% de homofobia.

Isso sem falar em populações historicamente vitimizadas, por uma **questão etária**, inclusive, como as crianças e adolescentes e a população idosa. Só para se ter ideia, entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de 0 a 19 anos foram mortos de forma violenta no Brasil, uma média de 7 mil por ano, segundo o *Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil*, produzido pelo UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Diante deste cenário, diferentes ações, projetos e programas, pelo Brasil afora, têm olhado justamente para esses públicos com o objetivo de protegê-los, cuidá-los e incentivá-los a alcançar seu potencial em uma sociedade **que não valoriza suas diversidades**. Confira a seguir algumas iniciativas:

Crianças e jovens



Enquanto sujeitos de direitos, crianças, adolescentes e jovens também devem participar de debates sobre desafios e questões sociais. O **projeto Escola D'água**, que atua em mais de 80 escolas em Santarém, no Pará, tem como objetivo inspirar as gerações presentes e futuras a praticar o uso sustentável da água, garantindo saúde e água limpa para todos, além de incentivar reflexões sobre outras questões socioambientais, como a importância da Amazônia.

Para isso, a iniciativa, que é do **Instituto Mureru Eco Amazônia**, promove, no contraturno escolar, a capacitação de crianças, adolescentes e educadores de escolas públicas localizadas na cidade, em territórios indígenas e quilombolas, em regiões ribeirinhas de terra firme e de áreas alagáveis ou de várzea.

Também estão disponíveis outras oficinas e iniciativas de **educomunicação**. Para os educadores envolvidos, trata-se de uma oportunidade de promover o desenvolvimento por parte dos estudantes de habilidades de comunicação e temas socioambientais, trabalhando sua desenvoltura, empoderamento e protagonismo infantojuvenil.

>> Conheça: institutomureru.org

>> Acesse: [instagram.com/imeaoficial](https://www.instagram.com/imeaoficial)

Mulheres



A **Assessoria Multidisciplinar Gratuita para Mulheres em Situação de Violência**, ou mais conhecida como **Tamo Juntas**, é uma organização feminista criada em 2016, em Salvador, na Bahia, com o objetivo de atuar politicamente nos territórios e, também, em esfera nacional, na denúncia e no combate da violência contra a mulher.

Autodenominada feminista, antirracista, anticapitalista e antilGBTQIfóbica, a Tamo Juntas é composta por profissionais como advogadas, assistentes sociais, psicólogas, pedagogas, médicas e dentistas espalhadas por diversas regiões do Brasil.

São realizados **atendimentos e mutirões para acolher mulheres em situação de violência**, buscando que essas vivências não se repitam. As voluntárias também acompanham as vítimas nas delegacias, atuam como assistentes de acusação em casos de tentativa de feminicídio ou violência sexual e de gênero, prestando todas as orientações e encaminhamentos. O grupo também oferece acompanhamento psicológico em algumas localidades.

>> Conheça: tamojuntas.org.br

>> Acesse: [instagram.com/atamojuntas](https://www.instagram.com/atamojuntas)

Refugiados



São inúmeras as razões pelas quais milhares de pessoas decidem, diariamente, deixar seus lares em busca de uma vida melhor, seja por instabilidade econômica, conflitos políticos, guerras e até mesmo eventos climáticos.

É importante, entretanto, olhar essas pessoas sob o ponto de vista da potência. Assim o faz a organização **Abraço Cultural**, que atende pessoas vindas ao Brasil a partir de outros países. Hoje, oferece cursos de idioma de árabe, espanhol, francês e inglês, ministrados por **pessoas refugiadas**, que, além do idioma, compartilham também costumes e experiências culturais.

>> Conheça: abraccocultural.com.br

>> Acesse: [instagram.com/abraccocultural](https://www.instagram.com/abraccocultural)



Foto: Divulgação

Nós, O Mundo, uma iniciativa do **Instituto Adus** – organização que atua na integração social de refugiados e **imigrantes vítimas de migrações forçadas** –, é outro exemplo de que é possível unir ensino de idiomas e geração de trabalho e renda. A escola oferece aulas de inglês, francês e espanhol, enquanto o instituto promove orientação jurídica, capacitação, intermediação com empresas para colocação profissional e ensino de português a refugiados.

>> Conheça: nosomundo.org.br

>> Saiba mais: adus.org.br

Transsexuais



O preconceito e a discriminação impõem barreiras às possibilidades de desenvolvimento e prosperidade de **pessoas trans**. Pensando nisso, um grupo de quatro mulheres criou a **TransEmpregos**, em 2013, com a missão de trabalhar com empresas para confrontar a discriminação e o preconceito causadores da dificuldade do acesso a empregos.

A plataforma gratuita oferece espaço tanto para pessoas que buscam emprego, com campo para cadastro do currículo, cursos preparatórios e cartilhas para o mercado de trabalho, como para empresas que desejam anunciar vagas e ter acesso ao banco de currículos de pessoas trans.

>> Conheça: transempregos.com.br

>> Acesse: [instagram.com/transempregos](https://www.instagram.com/transempregos)

Terceira idade



Em Belo Horizonte (MG), a **interação entre gerações** foi impulsionada pela **Lei 11.464/2023**, que institui a **Política de Valorização e Aplicação do Conhecimento e da Experiência dos Idosos** para Fins Educacionais, Culturais e Sociais e Complementação Educacional de Crianças Matriculadas na Rede Municipal de Ensino.

A iniciativa de articular os espaços de ensino do município para promover o **compartilhamento dos saberes de pessoas acima de 60 anos com crianças e adolescentes** é uma tentativa de despertar o reconhecimento e o respeito aos direitos desses dois grupos e valorizar seus lugares na sociedade. A legislação está em vigor desde março de 2023 e representa um esforço intersetorial que contribui não apenas para a valorização dos saberes dos mais velhos, mas também para a educação das crianças e adolescentes.

>> Conheça: bit.ly/CasaComum_E5_48

>> Confira um *Guia de Ideias para Planejar e Implementar Projectos Intergeracionais*: bit.ly/CasaComum_E5_47

Em março, produzimos a série **Mulheres que cuidam da Casa Comum**, um especial para nossas mídias digitais focado em visibilizar e fortalecer a atuação de mulheres de diferentes regiões do Brasil que lutam em defesa dos direitos humanos e socioambientais, no campo e na cidade. Confira: bit.ly/CasaComum_E5_46

EM PERSPECTIVA

RACISMO AMBIENTAL: A RESPOSTA ESTÁ NAS MULHERES PRETAS, INDÍGENAS E PERIFÉRICAS

Por Jéssica Moreira e Mayara Penina*



Região da Barra do Sahy, onde as chuvas deixaram um rastro de destruição em São Sebastião (SP). Foto: Rovená Rosa / Agência Brasil

Racismo ambiental, crise do clima ou emergência climática. Com certeza você já ouviu algum desses termos. Mas como será que eles nos afetam e se relacionam com o nosso cotidiano?

Embora, muitas vezes, o **debate ambiental** seja considerado elitista e distante das periferias, a questão é completamente atravessada pelo racismo estrutural, uma vez que esse processo tem início na tomada dos territórios indígenas e na escravização dos povos negros.

Para iniciar essa conversa, relembramos um aprendizado proferido por **Tamikuã Txihi** – liderança da Terra Indígena do Jaraguá, em São Paulo (SP).

Em entrevista ao *Nós, mulheres da periferia*, ela defende que **não existe cisão entre o que somos e o meio ambiente**: “Nós não dividimos o que é natureza, ou mata, como é chamado de Meio Ambiente, dividindo a gente, porque pra gente não tem esse meio. Nós somos a própria natureza.”⁽¹⁾

Uma vez que somos a natureza, cabe a nós cuidarmos de tudo o que a compõe, inclusive denunciando quem a maltrata direta ou indiretamente.

Segundo **Cristiane Faustino**, assistente social e integrante do Instituto Terramar, em Fortaleza (CE), **racismo ambiental** é “a prática de destinar às comunidades e populações negras, indígenas, não brancas e imigrantes os piores efeitos da degradação ambiental.”

Esse tipo de racismo pode ocorrer tanto no ambiente rural quanto no urbano. No campo, ele tende a acontecer principalmente em **terras indígenas, quilombolas e de povos tradicionais**. Seja na ocupação desenfreada para a instalação de mineradoras ou, então, na invasão dessas comunidades por grileiros, seja por outras ameaças aos povos locais.

Já em áreas urbanas, ele se caracteriza, muitas vezes, por meio do CEP. Quanto mais afastado do centro da cidade, maior é o risco da população sofrer com a falta de saneamento básico ou com ações de despejo por conta do mercado imobiliário, sendo todos esses exemplos entendidos como **práticas racistas socioambientais**.

O racismo ambiental se torna ainda mais violento nessas localidades porque chega exatamente onde as **fragilidades ou a omissão do Estado já operam** há muito tempo. Exemplos disso são os territórios onde não há coleta de lixo ou saneamento básico.

O conceito foi utilizado pela primeira vez por Benjamin Franklin Chaves Jr.,⁽²⁾ professor universitário e assistente de Martin Luther King Jr. na luta por direitos civis do povo negro nos Estados Unidos: “*Racismo ambiental é a discriminação racial no direcionamento deliberado de comunidades étnicas e minoritárias para exposição a locais e instalações de resíduos tóxicos e perigosos, juntamente com a exclusão sistemática de minorias na formulação, aplicação e remediação de políticas ambientais.*”

A resposta é preta, indígena e periférica

Não há respostas simples para problemas tão complexos, mas foi na escuta das mais diversas histórias que o **Nós, mulheres da periferia** conseguiu entender o racismo ambiental e a importância de ouvir mulheres quilombolas, indígenas e negras que vivem nas periferias e como suas vivências e realidades representam uma verdadeira **luta em prol do meio ambiente**.

Exemplo disso é **Francy Baniwa**, da **comunidade indígena Assunção do Içana**, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), que integra o **projeto Amaronai-Ita**, formado por mulheres que produzem absorventes ecológicos para promover dignidade menstrual e geração de renda na região. “Se a gente deixar de usar o absorvente descartável vamos contribuir com o solo e com a floresta”, afirma a ativista.

Da zona leste de São Paulo (SP), a **grafiteira e educadora Juliana Costa** pensa na questão ambiental desde criança, quando já se incomodava em ver lixo na rua. Na fase adulta, uniu arte e justiça ambiental, conscientizando as populações periféricas a respeitarem a natureza. É líder do **Lab Casa Cultural** (@labcasa_cultural no Instagram), onde boa parte das construções é feita com materiais sustentáveis.



Rosi Waikhon. Foto: Adelson Ribeiro

Quem também une ativismo ambiental e arte é **Rosi Waikhon**, poeta e doutora em Antropologia Social, **do povo Piratapuaia em São Gabriel da Cachoeira (AM)**. Com suas poesias, Rosi dissemina conhecimentos da cientista e poeta para dialogar com mais gente. Desenvolveu o **projeto Avó do Mundo** e, por meio de performances, prega o respeito à natureza que aprendeu com seus avós.

>> Para conhecer essas e outras histórias de mulheres que estão cuidando do Meio Ambiente, leiam o especial **Cuidadoras Ancestrais** em: bit.ly/CasaComum_E5_49

(1) Reportagem “De Jaraguá a Parelheiros: mulheres indígenas de SP na proteção de seu povo”. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E5_65

(2) Artigo “Toxic Wastes and Race in The United States”. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E5_66

* **Jéssica Moreira** é escritora e jornalista. Cofundadora e diretora de comunidades do **Nós, mulheres da periferia**. Já **Mayara Penina** é jornalista e especialista em infâncias. Cofundadora e diretora de conteúdo do **Nós, mulheres da periferia**.

EM PERSPECTIVA

MULHERES NEGRAS NO SISTEMA DE JUSTIÇA: É PRECISO DIZER O QUE SE CALA

*“Mil nações moldaram a minha cara
Minha voz uso pra dizer o que se cala
(...)
O meu país é meu lugar de fala”*

(Trecho de *O que se cala*, de Elza Soares)

Por Livia Sant'Anna Vaz*



O assassinato de Marielle Franco, em março de 2018, é um dos casos de violência a defensoras de direitos humanos que segue sem solução e revela violência que mulheres negras enfrentam no Brasil.
Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

Este artigo deveria ser iniciado com uma citação qualquer da doutrina ou jurisprudência alemãs, demonstrando minha (quase inevitável) adesão aos paradigmas impostos pelo epistemicídio jurídico.⁽¹⁾ Mas se trata de um **artigo escrito por uma jurista negra**, o que, por si só, já rompe em muitas dimensões os padrões brancocêntricos e androcêntricos da academia jurídica e do sistema de justiça brasileiros. Portanto, escrevo também em primeira pessoa, **demarcando meu principal lugar de fala**,⁽²⁾ na condição de mulher negra que integra o sistema de justiça. Sou, desse modo, uma exceção que confirma a regra antidemocrática de exclusão de mulheres negras nos espaços de poder e decisão.

Do **racismo institucional** – uma das diversas formas de manifestação do racismo –, resulta a reprodução da hierarquização racial da sociedade nas instituições públicas e privadas. Esse fenômeno – tão inerente à sociedade brasileira, que se estrutura em bases racistas/coloniais – **evidencia-se no sistema de justiça** e se revela ainda mais grave quando associado ao sexismo. Costumo dizer que um dos efeitos mais perversos do racismo é **naturalizar ausências**. É natural não ter uma promotora de justiça negra no Ministério Público, ainda que seja o da Bahia, cuja capital é considerada a mais negra fora da África. Nossa rara presença, então, causa estranhamento. Não é à toa que, mesmo com quase 20 anos de carreira, sigo respondendo à pergunta: **cadê a promotora de justiça?**

Raça e gênero são dois dos principais e mais imediatos **marcos de identificação** de um indivíduo, condicionando suas relações sociais e, até mesmo, o gozo de seus direitos fundamentais. Nessa linha de entendimento, as **interseções entre gênero, raça e classe**, como fatores que, historicamente, aglutinam-se na potencialização de vulnerabilidades, precisam ser consideradas também na seara do Direito.

A incontestável – porém, ainda, invisibilizada – sub-representação das mulheres negras no sistema de justiça brasileiro é fator que deve ser reconhecido e debatido, de modo a impulsionar as instituições a assumirem sua responsabilidade pela desconstrução do **racismo e do sexismo entranhados em suas estruturas** e, conseqüentemente, em suas práticas.

Nós, mulheres negras, somos 28% da população brasileira e compomos o maior segmento social do país. Em contrapartida, somos apenas 5% da magistratura do Brasil, realidade que se repete em outros órgãos ditos essenciais à justiça.⁽³⁾ No Supremo Tribunal Federal, por exemplo, **nunca tivemos uma ministra negra**, mesmo após mais de 130 anos de sua instituição. Segundo dados do próprio Conselho Nacional de Justiça,⁽⁴⁾ o perfil do nosso Poder Judiciário é **branco, masculino, heterossexual e cristão**. Como produzir justiça apenas com visões unilaterais sobre igualdade e liberdade?

É preciso **romper com o pacto narcísico da branquitude**⁽⁵⁾ – base do racismo patriarcal – que também impera no sistema de justiça brasileiro, impondo silêncios e silenciamentos sobre o racismo; produzindo visões parciais (ou unilaterais) e racializadas de justiça, de igualdade e de liberdade; convertendo o Direito, em grande medida, em instrumento de manutenção do *status quo* e não de efetiva emancipação de todas as pessoas.

Como já dito em outra oportunidade, “não são as mulheres negras que precisam da academia jurídica e do sistema de justiça”. Isso se dá, porque, se chegamos até aqui, não foi com o apoio dessas instâncias, mas com muito sangue e suor ancestrais derramados. Na verdade, são a academia jurídica e o sistema de justiça “que precisam das mulheres negras”.⁽⁶⁾ Dessa maneira, nossa inclusão é medida imprescindível para uma **abertura a perspectivas epistemológicas** e vivenciais necessárias para a construção de uma **justiça pluriversal**,⁽⁷⁾ condizente com um Estado que se pretenda Democrático de Direito.

É preciso dizer o que se cala!!! Então, digo que nós não queremos mais uma Justiça de olhos vendados, tal qual a deusa Themis da mitologia grega! Nós precisamos de uma **Justiça de olhos bem abertos e atentos a todas as desigualdades** que ela precisa corrigir; que enxergue as pessoas como igualmente dignas em suas diferenças. Digo, enfim, que “a Justiça é uma mulher negra, porque Oyá não está vendada; e finalmente estando ela atenta a toda mazela; agora não passa nada!”⁽⁸⁾

(1) VAZ, Livia; RAMOS, Chiara. A Justiça é uma mulher negra. Belo Horizonte: Letramento, 2021. p. 258

(2) RIBEIRO, Djamilia. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

(3) CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Perfil sociodemográfico dos magistrados brasileiros. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E5_27. Acesso em: 10 abr. 2023.

(4) CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E5_28. Acesso em: 10 de abril de 2023.

(5) BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

(6) VAZ, Livia. Eu, mulher negra, não sou sujeito universal. JOTA, 12 ago. 2020.

(7) RAMOSE, M. B. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. Ensaaios Filosóficos, Rio de Janeiro, v. 4, out. 2011. Disponível em: bit.ly/CasaComum_E5_29. Acesso em: 13 abr. 2023.

(8) NASCIMENTO, Luciene. A Justiça é uma mulher negra. Poema que abre o epílogo do livro *A Justiça é uma mulher negra*, 2021.

* **Livia Sant’Anna Vaz** é mulher negra, escritora, promotora de justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, doutora em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nomeada uma das 100 pessoas de descendência africana mais influentes do mundo (MIPAD), na edição Lei & Justiça.

MOBILIZE-SE

PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: URGENTE E NECESSÁRIA

Conheça materiais como jogos, *podcasts*, livros, pesquisas, entre tantos outros formatos, que apoiam educadoras e educadores nessa tarefa.

Por Adriana Carrer



Criança sem-terrinha lê enquanto tratores derrubam seu barraco em ocupação na zona rural do Distrito Federal.
Foto: Matheus Alves

“Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. A frase é da filósofa, escritora, professora e ativista estadunidense Angela Davis e aponta para um caminho importante para a sociedade: a **responsabilidade de cada pessoa** na luta por uma sociedade mais equitativa e justa.

Como mudar estruturas, posturas e ações nesse sentido? O caminho, com certeza, começa pela criação de vivências nos espaços educativos, sejam eles formais, não formais e informais, nos quais a educação seja de fato emancipadora de sujeitos, na qual todas e todos possam se entender no mundo e nas suas relações. Ou seja, **uma educação libertadora**.

A tarefa não é fácil, principalmente diante do contexto brasileiro, quando o cenário aponta, por exemplo, que, entre estudantes de 14 a 19 anos que deixaram de estudar e não completaram a Educação Básica, **70% são pretos e pardos** (PNAD Educação, 2019). A escola, sistematicamente, expulsou e expulsa a população negra.

Questionamentos, como “de que maneira eu não alimento um sistema hierárquico racista? De que maneira posso construir espaços em que diferentes saberes, epistemologias e culturas possam se mostrar e serem valorizadas?”, são perguntas importantes a serem feitas por educadores e educadoras, a fim de colaborar na construção de espaços educativos que valorizem diferentes saberes e que implementem pedagogias que **reconhecem o racismo para transformá-lo**, comprometendo-se para uma educação de relações étnico-raciais positivas e valorizando a história e a cultura dos afro-brasileiros e dos africanos.

Para colaborar nesse processo, diversas iniciativas, em diferentes linguagens, têm sido criadas para trazer o tema para debate e apoiar educadoras e educadores na tarefa de **promover uma educação antirracista**. São jogos, *podcasts*, livros, pesquisas, entre tantos outros formatos. Conheça alguns desses projetos e materiais de referência no assunto e mobilize-se também por essa causa:

PESQUISAS E DADOS



Sua escola é (anti)racista?:

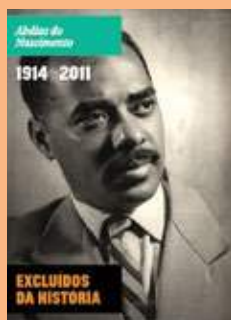
Iniciativa de mapeamento da organização “Quero na Escola” para mapear o que as escolas têm feito para combater o racismo nas suas instituições e ações antirracistas realizadas dentro das escolas, para além da Lei 11.645/2008. Professores e estudantes de todo o Brasil podem participar por meio de consulta *online*. Para quem participar da pesquisa, é possível solicitar apoio para implementação de ações antirracistas na sua escola.

>> Participe: www.antirracista.queronaescola.com.br

Observatório da Branquitude:

Primeira organização no país a trabalhar com a centralidade temática na análise da identidade racial branca e suas estruturas de poder. O Observatório nasce, em 2022, com foco em **produção e disseminação de conhecimento** na incidência estratégica centrada na branquitude, em suas estruturas de poder materiais e simbólicas, pontos cruciais nos quais as desigualdades raciais se solidificam. A organização atua contínua e sistematicamente produzindo materiais a serem disseminados na sociedade. No site, é possível acessar o acervo digital da **Biblioteca Guerreiro Ramos** e publicações próprias do Observatório.

>> Acesse: observatoriobranquitude.com.br



Dicionário Excluídos da História:

Fruto da 11ª Olimpíada Nacional em História do Brasil, em 2019, o projeto contou com a participação de 6.753 alunos de todo o Brasil, para criar um **dicionário que conta com 2.251 verbetes** sobre personagens raramente estudados na historiografia tradicional. Os estudantes foram convidados a refletir sobre as pessoas que a história invisibilizou ao longo do tempo e a produzir um material destacando pessoas que eles consideraram relevantes de serem incluídos.

>> Conheça: bit.ly/CasaComum_E5_42



ANANSI - Observatório da Equidade Racial na Educação Básica:

Entre as diversas iniciativas do Observatório, o projeto conta com um acervo público e digital que reúne pesquisas, materiais didáticos e literatura infantojuvenil para apoiar educadores na construção de uma educação antirracista nas escolas.

>> Veja mais: anansi.ceert.org.br/biblioteca

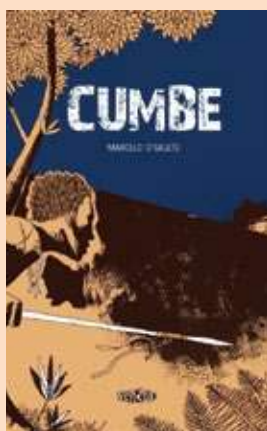
MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO

Manifesto Antirracista:

A edição 117 da Revista **Viração**, produzida pela **Viração Educomunicação**, traz um manifesto antirracista e pauta o racismo em suas múltiplas formas: racismo estrutural e suas implicações na sociedade, no meio ambiente, na religião, no mercado de trabalho, na segurança pública, no sistema de saúde, nas manifestações culturais, na educação e na moda.

Para essa edição, foram desenvolvidos *podcasts*, artes, artigos para a **Agência Jovem de Notícias** e vídeos para aprofundamento nos assuntos referenciados nas páginas e publicados nas redes sociais.

>> Acesse: bit.ly/CasaComum_E5_43



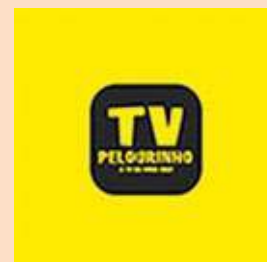
Histórias em quadrinhos “Cumbe” e “Encruzilhada”:

As obras são de autoria do artista, quadrinista premiado e educador **Marcelo D'Saete**, e retratam essa temática com narrativas ficcionais, que promovem o debate frente às páginas desenhadas e impressas com suas histórias. Os personagens presentes nas histórias são fruto de relatos policiais que falavam sobre os negros nos documentos do Brasil colônia, mas que se mostram atuais, confrontando com a realidade do país hoje, que mata mais a população negra da periferia. Na obra *Cumbe*, o artista retrata, de forma inovadora, a luta dos negros no Brasil colonial contra a escravidão e os movimentos de resistência. Já em *Encruzilhada*, o desenhista traz reflexões sobre como as marcas de produtos se conectam nas mídias e como se apresentam nas relações interpessoais dos jovens hoje.

TV Pelourinho:

Produtora social que tem como objetivo capacitar e incluir jovens, a maioria negros e LGBTQIA+, das periferias de Salvador, na Bahia, para o mercado audiovisual. O projeto recebe a coordenação pedagógica de **Gabas Machado**, ativista de uma educação para o “Akilombamento”. Todos os materiais produzidos são publicados nas redes sociais.

>> Conheça: [@vpelourinho](https://www.instagram.com/vpelourinho) (Instagram)





Podcast PodCurar - Episódio #003 - Educação antirracista: uma aula de inglês com Emicida:

O episódio discute sobre consciência negra na sala de aula e como educadores(as) devem atuar por uma educação antirracista e pela construção de uma sala de aula que valoriza conhecimentos diversos. O professor **Samuel Godinho** contou, no papo, um pouco sobre como uma música do Emicida e um comprometimento com a realidade dos estudantes pode fazer toda diferença.

>> Disponível em: bit.ly/CasaComum_E5_44

Podcast Ideias Negras:

Podcast de entrevistas com negras e negros sobre suas iniciativas e reflexões transformadoras. **Cristina Fernandes**, uma das criadoras do projeto, conta que se inspirou no crescimento de podcasts no país, em 2017, e idealizou um projeto no qual pudesse reunir entrevistas com homens e mulheres negras que tivessem um trabalho bacana para compartilhar, e contribuir assim para transformar essa realidade no país.



>> Ouça: bit.ly/CasaComum_E5_67

JOGOS

Jogo do Privilégio Branco:

Com criação do **Instituto Identidades do Brasil (ID_BR)**, o jogo tem como objetivo mostrar como a desigualdade racial é uma desvantagem em todos os aspectos da vida de uma pessoa negra e culmina, ao final da dinâmica, em uma tomada de consciência da branquitude, convidando a todos e todas para dizerem "Sim à Igualdade Racial" e mudar essa realidade.

>> Conheça: bit.ly/CasaComum_E5_45

Jogo da Lei 10.639:

Criação do **Porvir e Piraporiando**, o jogo é uma ferramenta gratuita que consiste em tabuleiro e sete cartas, que trazem questionamentos disparadores aos jogadores. O enredo conta a história de um professor que almeja implantar a lei na escola e como isso vai se desenrolando.

>> Acesse: bit.ly/CasaComum_E5_68

Jogo Mira Certa:

Idealizado pelo **Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Cami)**, o jogo é um aplicativo de celular que tem como objetivo educar os jogadores sobre direitos humanos, especialmente dos direitos de migrantes e refugiados. É necessário completar algumas missões, que visam refletir sobre essas populações e aprender sobre o combate ao trabalho análogo à escravidão.

>> Confira: [o jogo está disponível na Google Play](#)

Afro-históricos jogo de personalidades negras:

Resultado de um trabalho final do **curso de Design da EBA/UFBA**, trata-se de um jogo de cartas que se propõe a divulgar, de forma lúdica, as personalidades negras que contribuíram para a história do país e, assim, fortalecer a representação positiva dos negros e negras na sociedade brasileira.

>> Jogue: afrohistoricos.com.br



Foto: Reprodução site

AGENDA DE PRESSÃO

DE OLHO NA CÂMARA E NO SENADO: A DIVERSIDADE NA PAUTA DAS LEGISLAÇÕES DO PAÍS

Por Gabriel Santos, Julia Vida, Sofia Guimarães e Letícia Campos, da Pulso Público

Diversas legislações, normas e políticas públicas têm sido retomadas, ganhado novos contornos ou, até mesmo, desenhadas visando resgatar e **garantir direitos às populações que têm sido invisibilizadas** e desrespeitadas enquanto cidadãos e cidadãs.

São iniciativas do Legislativo, do Executivo e do Judiciário que perpassam desde tipificações de atos que passam a ser crime de racismo, até criação de iniciativas para a distribuição de alimentação gratuita à população em situação de vulnerabilidade social, chegando às diretrizes para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas visando a promoção da justiça ambiental.

Saiba quais são **os projetos de lei e iniciativas desenvolvidas**, acompanhe as tramitações e faça você também um controle social:

Crimes tipificados como preconceito, racismo e injúria racial

Não é de hoje que o Brasil enfrenta questões raciais diariamente. Ainda que a conhecida Lei 7.716, de 1989 (**Lei de Crime Racial**), tenha tipificado os crimes decorrentes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, a injúria continuava tipificada apenas no Código Penal.

A vista disso, o presidente Lula (PT) sancionou a Lei 14.532, de 2023, que, entre outros pontos, também **tipifica a injúria racial** (quando a honra de uma pessoa específica é ofendida) **como crime de racismo** (que ocorre quando o agressor ofende um grupo ou coletivo de pessoas), resultando na pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão.

O Congresso Nacional também despertou valiosas discussões ao aprovar a Lei que transformou o 21 de março no **Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas**. Nesse sentido, o **Ministério da Igualdade Racial**, encabeçado por Anniele Franco, avançou ao anunciar a criação de um **Grupo de Trabalho Interministerial** com representantes do governo, das religiões e de entidades da sociedade civil dedicado exclusivamente a elaborar políticas públicas de combate ao racismo religioso.



Foto: Fernando Frazão - Agência Brasil



Saiba quais são as proposições:

- Lei 7.716, de 1989: bit.ly/CasaComum_E5_30
- Lei 14.532, de 2023: bit.ly/CasaComum_E5_31
- Lei 14.519 de 2023: bit.ly/CasaComum_E5_32



Fique por dentro do tema:

- Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito do Ministério da Igualdade Racial: bit.ly/CasaComum_E5_33

Alimentação e vulnerabilidade social



Foto: Arquivo Sefras

Em 2009, o governo brasileiro estabeleceu a **Política Nacional para a População em Situação de Rua**, buscando promover o acesso aos direitos humanos básicos, como saúde, educação e moradia. A política criou um formato para a **inclusão dessa população no Cadastro Único e no SUS (Sistema Único de Saúde)**. Em março de 2023, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) foi restabelecido e contará com uma composição ampla da sociedade civil.

No Congresso Nacional, o deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) apresentou o **projeto de lei (PL) 491/2023**, que institui o **Programa Cozinha Solidária** para a distribuição de **alimentação gratuita à população** em situação de vulnerabilidade e risco social, incluindo a população em situação de rua. Inscritos no Cadastro Único também deverão ser capacitados. A iniciativa complementa outras políticas públicas que estão sendo redesenhadas pelo Executivo, como o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, que fornece insumos para as políticas de assistência social e incentiva a agricultura familiar, além da retomada do Bolsa Família, mantendo os valores de 600 reais, mas priorizando as famílias mais necessitadas.

Nesse tema, inclusive, a **Frente Nacional da Fome e da Sede** vem realizando, desde janeiro de 2023, uma análise de conjuntura e acompanhando as ações do governo para o enfrentamento à fome. Segundo a Frente, apesar do tema estar presente em políticas estratégicas, como o **Programa**

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA, além da **retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)**, é fundamental construir uma proposta prática, programática, imediata e massiva, para o **enfrentamento à fome de 33 milhões de pessoas**.

Assim, a Frente desenhou a proposta dos **Pontos Populares de Segurança e Soberania Alimentar**, que tem como foco valorizar e incentivar as práticas e experiências de solidariedade das organizações da sociedade para enfrentamento à fome promovidas no último ano, nas garagens, nos salões de igrejas, nas cozinhas solidárias, na produção de marmitas, nas hortas comunitárias, entre outros. Essa proposta foi apresentada em maio no encontro **Mesa Nacional de Enfrentamento à Fome e à Sede**, com a presença de ministros, secretários e parlamentares para que os Pontos Populares possam ser efetivados como política pública e como proposta de lei.



Saiba qual é a proposição:

■ PL 491/2023: bit.ly/CasaComum_E5_34



Fique por dentro do tema:

■ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): bit.ly/CasaComum_E5_35

■ O Consea e o Conanda voltaram: bit.ly/CasaComum_E5_72

Justiça ambiental



Ativistas do Greenpeace e cerca de mil pessoas do Movimento dos Atingidos por Barragens pedem justiça às vítimas da tragédia de Mariana. Foto: Yuri Barichivich - Greenpeace

No país marcado por desigualdades, podemos assegurar o tratamento justo em que nenhum grupo deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais? É diante desse cenário que o Executivo e o Legislativo têm o **desafio de construir iniciativas alinhadas à justiça ambiental**.

No Legislativo, há propostas como o PL 4.129/2021, que estabelece **diretrizes para a formulação de planos** nacional, estaduais e municipais de **adaptação às mudanças climáticas**. A autoria é da deputada Tabata Amaral (PSB-SP) e outros. A discussão já está avançada e reforça a preocupação em reduzir os efeitos da mudança do clima. Outra proposta nessa linha é o PL 83/2022, que **institui o auxílio para Emergências Decorrentes de Secas e Enchentes**, da deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ).

No Poder Executivo, a política ambiental tende a ser tratada como **transversal e indissociável dos esforços de combate à fome e às desigualdades**, refletindo o entendimento de que a justiça social está alinhada às justiças econômica, ambiental e climática. Um forte instrumento que pode colaborar nessa caminhada é o **Fundo Nacional sobre Mudança do Clima**, que tem como objetivo financiar projetos que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa.



Saiba qual é a proposição:

- PL 4.129/2021: bit.ly/CasaComum_E5_36
- PL 83/2022: bit.ly/CasaComum_E5_37



Fique por dentro do tema:

- Fundo Nacional sobre Mudança do Clima: bit.ly/CasaComum_E5_38



Saiba qual é a proposição:

- Lei 7.888/2022: bit.ly/CasaComum_E5_39
- Lei Estadual da Bahia 12.910/2013: bit.ly/CasaComum_E5_40



Fique por dentro do tema:

- Babaçu Livre do Piauí: bit.ly/CasaComum_E5_41

Regularização fundiária: comunidades tradicionais



No Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, vivem mais de 300 mil quebradeiras de coco babaçu. Foto: Carolina Motoki / Repórter Brasil

A regularização fundiária, destacando **comunidades e povos tradicionais**, é passo fundamental para garantir que esses grupos, que não possuem documentos que comprovem a propriedade de terra, tenham esse direito garantido.

A diversidade das comunidades é enorme, inclusive sobre como é feito o uso da terra. Assim, o processo deve ser discutido com a **participação ativa das comunidades**, de modo que as tradições, práticas ancestrais e especificidades sejam respeitadas.

A discussão sofre grande pressão de setores contrários. Afinal, uma vez que esses territórios são protegidos, não é mais permitida intervenção para fins de mineração, por exemplo. Enquanto os processos dependentes de órgãos federais como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não avançam, diversos grupos buscam atuação dentro do campo subnacional por meio de legislações como **Lei do Babaçu Livre do Piauí** Lei (7.888/2022) e a Lei Estadual da Bahia (12.910/2013) que **reconhece os territórios de Fundo e Fecho de Pasto como uma forma de organização social e produtiva** tradicional.

Os movimentos sociais, através de ações políticas, atuam ativamente na defesa de seus territórios para, posteriormente, alcançarem o reconhecimento legal dessas ações.

O PROTAGONISMO DIGITAL DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL

Por Eliete da Silva Pereira*



Foto: Reprodução Instituto Catitu

Nos últimos anos, os povos indígenas brasileiros vêm incorporando as **tecnologias digitais** em seus cotidianos, promovendo uma atuação comunicativa nas redes digitais, condizente com a complexificação da atuação em rede ameríndia. O aparecimento da internet e dos dispositivos de conexão, seus aspectos pervasivos e onipresentes difundidos em escala global, tornaram-se os vetores do processo de digitalização do qual **territórios, pessoas e coisas se**

(info)materializam. Ao fazerem parte desse contexto informacional, os povos indígenas experimentam a complexificação das suas **práticas comunicativas**, primordialmente conectivas entre os seus diversos planos cosmológicos (visíveis e invisíveis).

No país, tal processo de digitalização ocorreu com maior abrangência através das iniciativas de organizações não go-



Foto: Reprodução Instituto Catitu

vernamentais e de organizações governamentais executoras de políticas públicas, principalmente pelo **Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) e Pontos de Cultura Indígena** (2007-2016).

Estudos sobre os usos da internet por parte dos indígenas realizados por cientistas sociais, historiadores e antropólogos apontam para uma **inserção dessas populações na cultura digital**. No entanto, não existem estatísticas oficiais mais detalhadas sobre o uso indígena da internet e quantas são as aldeias que possuem conexão, mas experiências significativas denotam um processo inovador de práticas midiáticas de relações com os outros e de reflexividade cultural, de tradução e visibilidade de saberes e culturas locais, respondendo ao **fortalecimento dos seus patrimônios culturais**.

A presença indígena brasileira na internet coincide com o crescimento da *web* no país a partir dos anos 2000. Atualmente os conteúdos e interações de povos e sujeitos indígenas brasileiros ocorrem sobretudo nas redes sociais (Facebook e Instagram) e em aplicativos de mensagem instantânea (WhatsApp). É por meio desses ambientes que conseguimos acessar a **articulação e a mobilização das mulheres e jovens indígenas**, a exemplo dos perfis das ativistas **Txai Suruí** (@txaisurui), **Sâmela Saterê-Mawe** (@sam_sateremawe), entre outras.

Concomitantemente a isso, surgiram as tecnologias de monitoramento do território e **projetos indígenas de gestão ambiental** (o uso de GPS pelo povo Mundurucu para a autodemarcação, o Mapa Cultural Suruí, o projeto Escuta da Floresta do povo Tembê). Em adição, as tecnologias digitais também estão sendo incorporadas pelos povos indígenas **na salvaguarda dos seus conhecimentos e saberes** (Centro de Documentação Digital, Casa de Cultura Mawo – povo

Ikpeng). Essas experiências indicam o protagonismo, a visibilidade, o fortalecimento cultural, a luta, a resistência e o ativismo em rede desses povos.

Os povos ameríndios vivem intensas transformações em seus modos de vida. A cultura é dinâmica e os ocidentais ainda pensam que os indígenas **cabem às imagens produzidas no passado**. Nas redes digitais, podemos visualizar e fazer redes com esses sujeitos que constantemente reescrevem suas histórias, se conectam com outros mundos, se reelaboram e **reatualizam com o digital e suas cosmologias**, evidenciando o papel deles no mundo para além da afirmação das suas diferenças.

Para compreender o significado e as qualidades do processo de digitalização, é fundamental situarmos a dimensão cultural dessas populações que, de forma distinta das ecologias da pólis e do universo epistêmico e dialético ocidental (humano-técnica; humano-natureza; técnica-natureza), habitam, desde sempre, **ecossistemas reticulares e interconectados**. Nessa complexidade reticular, é que se insere o processo de digitalização, o que torna a constituição das suas redes sociotécnicas uma expansão do conjunto de redes já existentes.

Portanto, as redes digitais ameríndias conectam o âmbito social e relacional e estendem-se ao nível biológico, assumindo assim um significado que supera a simples dimensão técnica-instrumental desse processo. **O processo de digitalização dos povos indígenas** no Brasil deve ser lido não como uma intervenção externa, mas como a extensão e a tradução disto em direção à experimentação de linguagens audiovisuais, digitais e conectivas.

O acesso às redes digitais por parte desses povos, historicamente silenciados e excluídos da esfera pública “democrática”, significou **um novo tipo de protagonismo**, que permitiu a eles o direito à palavra pública, sem intermediários, e a possibilidade de tecer redes e contatos com outros povos em nível nacional e internacional, realizando um ativismo que resultou na constituição de um movimento transnacional que hoje conta com diversos artistas, escritores, intelectuais, *videomakers* e ativistas em várias áreas. A voz e as culturas desses povos são hoje **vivas, resistentes e atuantes** nas redes digitais.

* **Eliete da Silva Pereira** é historiadora pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Desde 2010, coordena, no Centro Internacional de Pesquisa Atopos, a linha de pesquisa “Tekó”, que estuda os significados da digitalização pelos povos ameríndios no Brasil. É coautora do livro *Redes e ecologias comunicativas indígenas* (Paulus, 2017). Atualmente é Pós-doutoranda do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. O centro internacional de pesquisa **Atopos** é uma rede de pesquisadores de diversas áreas que estudam as complexidades das redes digitais e seus impactos na construção de novas ecologias e de um novo formato de comum. Saiba mais em: www.atopos.com.br

QUE A CASA COMUM NOS VEJA COMO SOMOS: UMA AQUARELA

Por Matheus Alves

Das dores do cotidiano, a maior talvez seja concluir que não sou visto e, nas poucas vezes que me olham, enxergam a consequência do próprio desprezo. Tamanho é o espanto de ver o legado de sua crueldade, que, num rápido ato, os olhos se fecham, as câmeras mudam o quadro, os assuntos voam embebedos de vinho caro e as consciências, já tão dopadas de dizeres motivacionais, meritocráticos e brancos, adormecem a empatia. É mais fácil cuspir que não sou digno do que entender que eu também mereço ser.

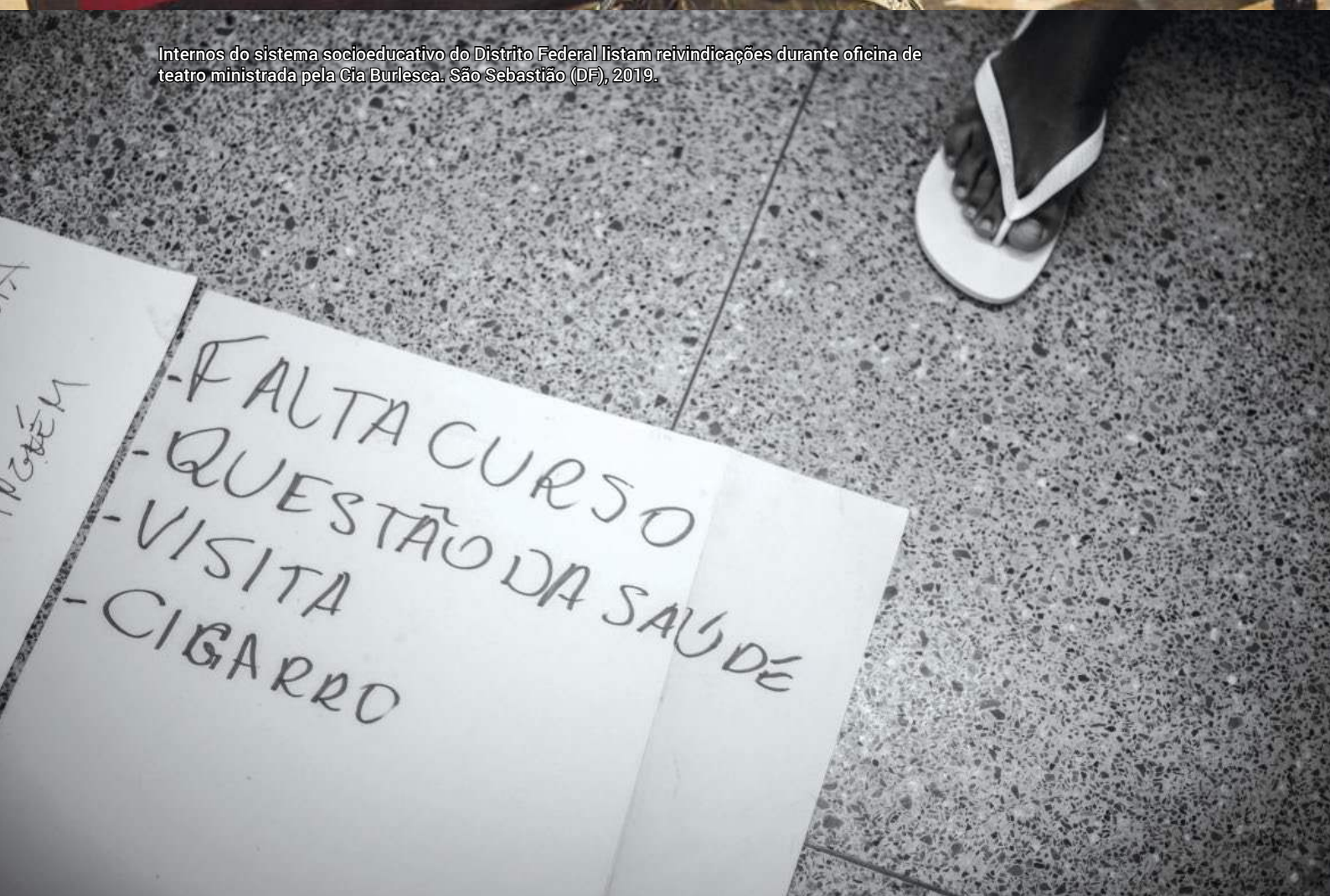
A dor de não ser visto ligeiramente deu lugar ao ódio. Nunca quis esmola ou caridade, pelo contrário, quero fazer parte do clube dos que são vistos, lembrados, exaltados e assistidos. Esmola dura pouco e eu, sinhô, quero é sentar à mesa. Vou aprender sua linguagem e sua forma de vestir. Entenderei sua cultura e sua forma de agir. Em troca, quero que minha existência seja vista, minhas vontades respeitadas e, principalmente, que eu possa cantar com minha própria voz. Ah, e antes que eu esqueça: não cantarei sozinho!

Nas fotografias apresentadas neste ensaio, escancaro todas as formas de vida e de luta para que nossas existências sejam vistas. Agora, não mais pelo estado, mas sim por outras pessoas como nós. Tentaram nos esconder de tantas maneiras, que, às vezes, nem nós conseguimos nos compreender. Chega! Que a Casa nos veja como somos: uma aquarela.

Matheus Alves tem 25 anos, é fotojornalista, militante e um jovem negro que, na ansiedade de querer ser visto em suas contradições, mudou sua postura e decidiu ver em sua própria existência. Em seu trabalho, documenta a luta dos povos indígenas e Sem-Terra por terra, trabalho, pão e arte. Fotografa as várias faces da juventude brasileira e sua incidência política no Estado. Em 2019, foi premiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos no concurso fotográfico “Combater os Retrocessos – Existir e Resistir à Retirada de Direitos”.



Entregador por aplicativos manifesta apoio ao ato contra o então presidente Jair Bolsonaro. São Paulo (SP), 2021.



Internos do sistema socioeducativo do Distrito Federal listam reivindicações durante oficina de teatro ministrada pela Cia Burlesca. São Sebastião (DF), 2019.



Vendedor ambulante observa movimentação de fiéis durante a Lavagem do Bonfim. Salvador (BA), 2019.



Sônia Guajajara é levantada ao alto em ritual do povo Terena durante sua posse como Ministra dos Povos Indígenas, no Palácio do Planalto. Brasília (DF), 2023.



Policial militar dificulta passagem de indígena com faixa "+ Aldeias - Latifúndio" durante marcha do Acampamento Terra Livre 2017, na Esplanada dos Ministérios. Mais tarde, uma grande repressão policial feriu centenas de indígenas que participavam da marcha. Brasília (DF), 2017.



Pai e filha jogam oferendas à Iemanjá, na alvorada do dia 2 de fevereiro, no dia de Iemanjá. Salvador (BA), 2019.



Mãe Baiana de Oyá durante ritual no terreiro de candomblé Ylê Axé Oyá Bagan, na noite do lançamento de seu livro "Chão e Paz". Brasília (DF), 2018.



Ruth Venceremos e o coletivo Distrito Drag performam músicas de protesto à ditadura militar durante ação de "descomemoração" do golpe. Brasília (DF), 2023.



Militante do Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST) acena de seu barraco durante ocupação na Ceilândia, na periferia do Distrito Federal. Na ocasião, dezenas de famílias lutavam para que seus nomes fossem incluídos no programa de distribuição de moradias do Governo. Brasília (DF), 2017.



Garotos se divertem em pontão do Solar do Unhão, na praia da Gamboa. A cena remete a trechos do livro “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, que retratou um grupo de crianças e suas contradições em meio a um contexto social desfavorável. Salvador (BA), 2019.



O inverno está chegando.
E quem mais sofre com
as baixas temperaturas
é a população brasileira
em situação de rua.

**Só em São Paulo
são 52 mil pessoas que
precisam da sua ajuda
para não morrer de frio.**

Você pode aquecer
essas vidas, doe agora.



Ainda não conhece o Sefras?

**Acesse nosso site
www.sefras.org.br**



www.revistacasacomum.com.br

     @RevistaCasaComum

Iniciativa



Realização



Apoio

